

Resultados da escavação da Mamoa D'Alagoa (Toubres - Jou) - Murça (Trás-os-Montes)

Maria de Jesus Sanches¹ e Susana Andreia Nunes²
(com a colaboração de Margarida Santos Silva³)

ABSTRACT:

Results from excavation work carried out at Mamoa d'Alagoa (Trás-os-Montes, North-eastern Portugal) in 2000-2001, are presented here. This is a megalithic monument, with chamber and other access structures - megalithic corridor, corridor opened directly in the clayey sediments, antechamber – in connexion with a covering sub-circular mound. Special emphasis is given to the different phases of construction / use / “closure” during the first half of the 4th millennium BC. The intentional and constant use of fire is also pointed out. This may have a ritual significance.

1. LOCALIZAÇÃO DO MONUMENTO, SEU ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO E OBJECTIVOS DA ESCAVAÇÃO

Destina-se este texto a publicar os resultados dos trabalhos de escavação desenvolvidos nos anos de 2000 e 2001 na mamoa d'Alagoa, localizada no local de Sapateiros, lugar de Toubres, freguesia de Jou, concelho de Murça e distrito de Vila Real. O monumento apresenta as seguintes coordenadas: latitude – 41° 28' 17,8" N; longitude – 7° 24' 13,3" W (meridiano internacional) e encontra-se a 733 metros de altitude (segundo a Carta Militar de Portugal, na escala 1:25 000, fl. 75 – Santa Maria de Émeres, Ed. 2, 1998) (Fig. 1).

Este monumento, assim como o conjunto de vários monumentos que ocupam o território entre o rio Tinhela e a serra de Passos/Sta Comba, isto é, nas encostas ocidentais que descem para a bacia de Mirandela – que passaremos a denominar de “Terras de Jou” –, foi localizado durante a prospecção conduzida no âmbito do projecto LAMARL⁴, onde contámos com a ajuda contínua do Sr. António A. Aires, presidente da Junta de Freguesia de Jou, a quem agradecemos a incansável colaboração. Também agradecemos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça, Sr. José Gomes, a receptividade e apoio contínuo dado e sem o qual não poderiam ter sido possíveis quer as acções de escavação, quer as de musealização.

¹ Departamento de Ciências e Técnicas de Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: msanches@vianw.pt).

² Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: susana.andreia@netcabo.pt).

³ Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: margosantosilva@netvisao.pt).

⁴ “Levantamento arqueológico de Murça e Área Adjacente à Ribeira de Lila” (LAMARL), financiado no âmbito do PNTA- IPA e desenvolvido pelas signatárias e ainda por Margarida Santos Silva e por Rafael Morais (licenciado em Arqueologia pela FLUP), durante os anos de 1998 a 2001; foi apoiado ainda pela Câmara Municipal de Murça e pelo Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (FCT).

As referências bibliográficas a este tipo de vestígios arqueológicos nesta área geográfica são praticamente inexistentes⁵, contrastando fortemente com a região a ocidente, em que as já conhecidas necrópoles de *tumuli* do Alto das Madorras/ Pópulo e de Sabrosa, na zona sul da Serra da Padrela, dão conta de uma intensa ocupação pré-histórica. Desconhecia-se se o vazio nas terras adjacentes, a leste daquela serra, era real ou se decorria de destruições, ou mesmo da ausência de prospecções sistemáticas, numa paisagem difícil de prospectar devido à diversidade topográfica e à cobertura vegetal natural. Refira-se, porém, que, mais do que a ausência de prospecções, terá sido a intensa exploração agro-pastoril realizada até aos anos 70 a grande responsável pela destruição de monumentos deste tipo. Em anos recentes, a maquinaria pesada de remoção de terras acrescentou as destruições anteriores.

Nas “Terras de Jou” –, e se excluirmos os monumentos da deprimida bacia de Mirandela⁶, que lhe é contígua – documentam-se actualmente 13 *tumuli* em diversos estados de conservação, ainda que a maioria esteja grandemente destruída, sendo que desapareceram já quatro nas últimas décadas⁷ (Fig. 2 e 3).

Em termos de implantação topográfica, os monumentos situados nas “Terras de Jou” – que se apresenta como uma sucessão de colinas de vertentes mais ou menos acidentadas, com altitudes entre os 600 e os 800m –, *localizam-se maioritariamente em pontos onde o campo visual é cortado pelo menos num dos lados devido à existência de pontos de cota mais elevada nas proximidades*. Assim, temos monumentos implantados no topo aplanado de pequenas colinas de vertentes muito suaves não culminantes (como é o caso da mamoa d’Alagoa, cuja visibilidade só é cortada por uns afloramentos quartzíticos a NE), em pequenos esporões ou em pequenas chãs, e um caso de um monumento implantado no topo aplanado de uma colina, topograficamente sobrelevada relativamente às circundantes, dominando assim uma ampla área (mamoas 1 do Alto do Picoto) (Fig. 2 e 3).

Em termos de dispersão, e ao contrário do que acontece na região a ocidente do rio Tinhela, onde encontramos grandes necrópoles implantadas em áreas planálticas e onde a intervisibilidade entre monumentos é comum, os *tumuli* dispõem-se aqui de forma mais dispersa – isolados ou em pequenos “núcleos” de dois a três monumentos –, o que pensamos estar intimamente relacionado com o substrato geológico e com a orografia específica da região (Nunes 2003; *Idem* no prelo).

A mamoa d’Alagoa, embora se encontre relativamente isolada (os monumentos mais próximos – mamoas 2 e 3 do Castelo – encontram-se a 975 metros de distância) integra-se num “conjunto”/ necrópole⁸ de 8 *tumuli* – conjunto do Castelo – de que fazem parte as mamoas 1 a 3 do Castelo, mamoa dos Borrallheiros, mamoas 1 e 2 do Tremediro e mamoa do Cabeço d’Assedande (Fig. 3).

Os monumentos das “Terras de Jou” que permitem um registo mais pormenorizado apresentam na sua maioria um *tumululus* de médias dimensões e uma altura que varia entre o muito baixo e o elevado⁹.

Ainda que, com excepção das duas mamoas que foram alvo de escavações recentes (mamoas d’Alagoa e mamoa 1 do Castelo), em nenhum dos restantes monumentos seja visível a sua estrutura interna, as dimensões da mamoa, e por vezes a própria forma do *tumululus* (como no caso da Mamoa do Parque das Merendas), levam-nos a colocar a hipótese de uma parte significativa deste conjunto conter

⁵ Somente conhecemos duas referências à existência deste tipo de monumentos na freguesia de Jou (Azevedo, 1895; Costa, 1992), sendo que nenhuma menciona especificamente a mamoa d’Alagoa.

⁶ Veja-se, por exemplo, Sanches, 1994.

⁷ Referimo-nos às mamoas 2 e 3 do Castelo (localizadas na Carta Geológica de Portugal, folha 6D, escala 1:50 000 -1998, sendo uma delas visível na fotografia aérea de 1950), mamoa do Alto do Moução/ Agudinhas e mamoa do Cabeço d’Assedande.

⁸ Entendidos aqui como grupos de núcleos de monumentos, implantados numa região geograficamente individualizável.

⁹ Os monumentos são classificados, em termos de dimensões da mamoa, em pequenos (diâmetro médio até 10 m), médios (10-20 m) e grandes (superior a 20 m); em termos de altura máxima podem ser muito baixos (inferior a 0,50 m), baixos (0,50 e 1 m); médios (1 e 1,50 m) e elevados (superior a 1,50 m). Temos de ter em atenção que no caso dos monumentos não escavados tratamos com as medidas actuais, que muito dificilmente corresponderão às reais, dado que grande parte dos monumentos sofreram arrasamentos nas suas mamoas, causados maioritariamente por trabalhos agrícolas (Nunes, 2003).

dólmenes no seu interior, como aliás parece acontecer em grande parte dos monumentos que temos identificado na restante região mais alargada que vai dos rios Corgo ao Tua¹⁰.

Porém, o conhecimento não só da arquitectura das massas tumulares, como ainda das estruturas internas só poderá ser obtido pela escavação.

No caso da Mamoa d'Alagoa, pertencente portanto ao *conjunto do Castelo*, colocara-se um problema relacionado com o programa de florestação do local (que é um baldio), o que levou à escavação como modo de salvar a informação que ainda se conservava. De qualquer modo, dada a sensibilidade da Junta de Freguesia de Jou, o terreno ficou desde logo afecto ao estudo arqueológico, que incluiu tanto a escavação do monumento propriamente dito, com a recolha sistemática de quartzos com marcas de talhe em todo o terreno periférico, bem como a realização de sondagens fora da área ocupada pelo monumento, precisamente com a finalidade de definir a natureza da estação arqueológica em causa. Esta revelou ser um local de exploração de quartzo de filão¹¹, cuja laboração se terá iniciado pelo menos antes da construção do monumento d'Alagoa pois a maioria dos quartzos que constituíam a couraça do monumento evidenciavam extracções o que nos leva a pensar, numa primeira interpretação, que se trataria de um reaproveitamento da matéria-prima abandonada durante a laboração da “pedreira” pré-histórica. Mas a esta razão devem juntar-se, cremos, outras, tal como indicamos mais adiante neste texto.

Constava também do programa inicial a conservação e musealização do monumento, caso este fosse susceptível de tais acções.

2. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA E CLIMÁTICA DA REGIÃO

A região onde se localiza o monumento em estudo apresenta-se-nos como uma sucessão de colinas suaves de topo aplanado, com altitudes entre os 500 e os 800 metros, só raramente quebrada por pontos mais elevados, de natureza quartzítica, como são as serras de Santa Comba (1002 m) e Garraia (892m).

Para oriente o território baixa gradualmente até à bacia do Tua, atingindo altitudes de 250 metros na cidade de Mirandela; para ocidente, em especial a partir do rio Tinhela e do seu afluente Curros, as altitudes elevam-se, ainda que de forma suave, para o domínio de extensas áreas planálticas, com altitudes a rondar os 700 metros, até à serra da Padrela (1148 m).

Em termos geológicos dominam as rochas metassedimentares, onde se encontra uma variedade considerável de xistos, além de quartzofilitos e quartzitos.

Segundo a Carta Biogeográfica de Portugal (COSTA *et al.*, 1998) esta região integra-se na Província Carpetano-Ibérico-Leonesa, sector Lusitano – Duriense, superdistrito da Terra Quente, com um clima que varia de sub-húmido na Serra de Santa Comba, a sub-húmido seco no restante território. Caracteriza-se por bosques mistos de sobreiro e zimbro (*Rusco aculeati – Quercetum suberis juniperetosum oxycedri* inéd), matos pré-florestais (com *Cytisus*, *Lavandula* e *Retama*) e estevais (Figueiral e Sanches, 1998-1999: 72).

A agricultura baseia-se na exploração de cereais de Inverno, alternada com pousio, dedicado sobretudo ao pastoreio de gado ovino e caprino. Destacam-se as hortícolas e pequenos pomares, em

¹⁰ Além dos monumentos identificados no âmbito do projecto LAMARL, uma das signatárias (S.A. Nunes) tem vindo a desenvolver um outro projecto, denominado MARCT, no âmbito do PNTA- IPA, cujo objectivo principal é a prospecção e registo de monumentos sob *tumulus* na região entre os rios Corgo e Tua.

¹¹ A interpretação avançada, pelos responsáveis do trabalho (Maria de Jesus Sanches, com a co-direcção de Isidro Gomes e Pedro Rafael Morais) relativamente à recolha sistemática de quartzos e às sondagens aí realizadas é a de que “neste local terá existido uma exploração intensiva dos filões de quartzo (...); este local era basicamente uma pedreira para extracção dos filões, porquanto a restante cadeia operatória deve-se ter desenvolvido noutra local.” (p. 2 da Ficha de Sítio) (“Pedreira d'Alagoa – Toubres/Jou, Murça” – Relatório de Progresso apresentado ao IPA relativo aos trabalhos de prospecção e de sondagem realizados em 2001).

especial junto das povoações, e a importância do castanheiro e do pinhal que, devido ao abandono agrícola dos campos, está a cobrir extensas áreas.

3. ALGUMAS NOTAS SOBRE A METODOLOGIA DE ESCAVAÇÃO E DE REGISTO

Antes do início dos trabalhos foi realizado o registo fotográfico, tendo-se procedido de seguida à limpeza da vegetação (carqueja, urzes e alguns pinheiros) que cobria o monumento (Fig. 15).

Posteriormente foi marcado o quadriculado, com uma malha de 2 metros de lado, orientado aproximadamente pelos eixos N-S (a que foram atribuídas letras, excluindo-se a letra I para evitar confusões com a letra J) e E-W (a que foram atribuídos números), tendo sido incluída a mamoa d'Alagoa num quadrado de 28 metros. Este quadriculado foi utilizado posteriormente no levantamento topográfico, feito de metro a metro¹² (Fig. 4 e 5).

Sobre este quadriculado foram marcadas quatro sanjas, a serem posteriormente decapadas e escavadas¹³, orientadas sensivelmente segundo os pontos cardeais¹⁴, descontraídas, mas unidas no local que pensamos ser o centro do monumento. O avançar da escavação obrigou à abertura posterior de outras quadrículas, de forma a perceber a própria arquitectura do monumento (Fig. 5).

A decapagem fez-se sempre por camadas naturais e o registo por “complexos” (Lx.)¹⁵.

Os materiais exumados foram referenciados em relação à quadrícula e “complexo”, sendo sempre que possível “coordenados” segundo o sistema X, Y, Z, no contexto da quadrícula.

Em diferentes momentos da escavação foram feitas recolhas de macrorrestos carbonizados, por flutuação e de modo insistente em todos os “complexos” do monumento, tendo em vista o seu estudo antracológico e carpológico de que dá conta o texto publicado por Isabel Figueiral, neste volume¹⁶, e ainda a realização de análises radiocarbónicas, sempre que o contexto o permitisse e de que se apresentam também aqui os resultados.

4. MAMOA D'ALAGOA

4.1 Construção/uso e encerramento: algumas reflexões

Verifica-se na mamoa d'Alagoa, bem como na vizinha mamoa 1 do Castelo (Sanches e Nunes, 2005), e em tantas outras que têm sido ultimamente publicadas¹⁷, que a “construção” prefigura uma sucessão de acções que não podem ser olhadas exclusivamente do ponto de vista técnico-construtivo. Por razões formais e de exigência na explicação da sequência e caracterização das acções que originaram esta construção particular, vamos propor e discutir uma hipótese de “faseamento”, ou seja, a sequência ou sequências que a escavação permite formular.

¹² O levantamento foi feito com um nível óptico, pelo que as cotas são todas negativas. Foi escolhido para ponto 00 de referência o ponto mais elevado da mamoa, nomeadamente o topo do esteio 4 (esteio de corredor).

¹³ As sanjas marcadas correspondem às seguintes quadrículas: sanja S – G10 a K10; sanja N – L11 a P11 (parcial); sanja W – K6 a K9; sanja E – L12 a L15. O prosseguimento dos trabalhos levou ao alargamento da área a escavar a leste, em especial devido à extensão da violação de que o monumento havia sido alvo: N13 a N14, M9 a M10, M12 a M14, L9 a L10, K11 a K14, J13 a J16, H12 a H13, G11 a G12 e F10 (parcial).

¹⁴ O alinhamento do quadriculado, patente na sanja N, está desviado 25 ° para E relativamente ao Norte magnético.

¹⁵ Entendemos por complexo uma unidade estratigráfica uniforme, qualquer que seja a sua dimensão; contudo, por facilidade de registo, também pode ser denominado de “complexo”, uma estrutura pétreia ou uma estrutura em negativo.

¹⁶ Foram recolhidas, no total, 47 amostras. O texto de Isabel Figueiral refere-se somente à amostragem por contextos que aquela investigadora julgou necessário estudar.

¹⁷ Por ex.: (i) no monumento 2 de Lameira Travessa (Pendilhe - Vª Nª de Paiva) (Castro, *et al.*, 1997), ou (ii) em Madorras 1 (Sabrosa) (Gonçalves e Cruz, 1994: 220), onde se descrevem os passos da construção/deposição, no primeiro caso, e da construção, no segundo.

Embora desconheçamos quanto tempo esteve a câmara e corredor em funcionamento – quer dizer aquilo que tradicionalmente se denomina de “utilização” –, todos os actos construtivos devem, a nosso ver, ser assumidos como sendo de “uso”, ou melhor, deveremos entender que o monumento mamoa d’Alagoa esteve desde o início e até ao seu encerramento sempre “em construção” e “em uso”¹⁸. Mesmo após o encerramento o monumento manteve-se como marco territorial/memorial durável, pois foi precisamente criado para transcender o tempo, mas por ora só nos referimos aos actos que implicaram uma manipulação física, arquitectónica. Como dizíamos atrás, o faseamento é formal e acima de tudo inclui acções particulares onde os procedimentos técnicos são inseparáveis de outras escolhas não técnicas, e que denominamos de opções ligadas à tradição e/ou à *praxis* presente na construção e utilização deste monumento. Nada de “naturalmente” técnico ocorre aqui. Desde a escolha do local – no topo duma suave elevação no terreno inserida numa “pedreira” de exploração de quartzo de filão (ainda em laboração? já abandonada?) –, à marcação no terreno da planta da câmara e corredor, seguida do escavamento das valas para a inserção dos esteios, etc., até ao seu encerramento definitivo, pela condenação, estamos perante uma utilização continuada. Nessa medida parece-nos ser de relativizar o valor, normalmente superlativo, atribuído, sem discussão, às deposições de artefactos ou a outras acções no espaço da câmara-corredor, pois estas *devem ser avaliadas comparativamente* com outras acções e deposições durante a construção e encerramento, e onde o investimento técnico e cerimonial parece ultrapassar, em muitos casos, grandemente aquele do “uso” de câmaras e corredores ortostáticos. É nessa perspectiva que continuamos a “descrição”, expondo, em simultâneo, a nossa mais consistente hipótese de faseamento.

4.2 Construção/uso e encerramento: faseamento e descrição

A sequência de acções – construção/uso e encerramento – da mamoa d’Alagoa pode ser formalmente sintetizada em 4 “tempos construtivos”. Porém, não temos condições de avaliar e de comparar o tempo que decorre em cada uma das acções no interior da sequência. A antiguidade das datas de radiocarbono obtidas para a base da câmara (Ua 19119) e câmara/ corredor (Ua 19118) (Quadro 1), e que datarão um período anterior à construção, como comentaremos adiante, impedem qualquer avaliação do tempo em que a câmara poderia ter estado aberta, isto é, antes da condenação.

Adiantamos que a câmara se encontrava *quase* totalmente destruída por violações que perfuraram inclusivamente o solo geológico, tendo os “intrusos” sido retidos somente porque bateram num afloramento de quartzito. Todos os esteios da câmara foram removidos para parte incerta, mas deles ficaram, bem marcadas, as valas de inserção e mesmo, nalguns casos, os calços (Fig. 7 e 17). Também se conservou, em pequenas áreas, o piso original, ou o que dele restava. A cratera de violação foi-se enchendo de sedimentos vários, onde se destacam aqueles com muito carvão e terra queimada, esta decorrente, segundo cremos, quer do revolvimento da câmara, quer da posterior realização de fogueiras naquela depressão (Fig. 8 e 9)¹⁹.

¹⁸ Como se verifica noutros monumentos, de que damos, como exemplo, a Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa) (Gonçalves e Cruz, 1994: 198-210) e o dólmen 1 de Lameira de Cima (Penedono - Viseu) (Gomes, 1996: 32, 36, 80). No primeiro caso temos percutores ou moinhos inseridos na construção do monumento (couraça, contraforte, fecho do corredor, átrio), em locais onde a maioria das vezes não eram visíveis do exterior; nesta situação estão também seixos de rio, particularmente aqueles integrados no contraforte. No segundo caso foi depositada uma enxó de silimanite no topo do contraforte, um machado de anfíbolito sob os calços dum dos esteios da câmara e com a lâmina apontada para esta, além das deposições de outras peças na selagem do corredor intratumular, sendo estas últimas deposições nos acessos extensíveis à maioria dos monumentos conhecidos, onde Madorras 1 e Lameira de Cima 1 são só dois exemplos.

¹⁹ Temos informações orais para a vizinha Mamoa 1 do Castelo de que a cratera aberta pelos violadores era usada para a realização de fogueiras, aqui abrigadas dos ventos, pelos pastores, enquanto os rebanhos pastavam na periferia. Na Mamoa d’Alagoa existem, tal como no Castelo, vestígios de várias fogueiras nas zonas remexidas, pelo que poderemos talvez interpretá-las do mesmo modo.

1º Tempo

Foram retiradas, segundo supomos, as pedras soltas, de quartzo, que cobriam o terreno a ser ocupado pelo conjunto do monumento (e que abundam na sua periferia²⁰), tendo-se procedido (em simultâneo?) à abertura das valas para o assentamento dos esteios da câmara e do corredor ortostático. Estes delineiam uma câmara poligonal alargada, composta por 9 esteios, com cerca de 3,40m de eixo maior (N-S) e 2,50 m de eixo menor (W-E) (medidas tiradas no contorno exterior). Esta câmara abre-se a nascente através dum corredor pétreo curto (em V), que se torna progressivamente mais estreito na direcção da entrada. Este corredor encontrava-se quase intacto, sendo formado por 6 esteios de xisto quartzítico, 3 de cada lado (Fig. 6 e 7).

Os esteios foram inseridos em “fossas” ou pequenas valas e escorados com calços, quer dizer, pequenos blocos de quartzo ou quartzito. Este procedimento é confirmado tanto no corredor, onde se conservaram os esteios, como no interior ou em torno das fossas dos da câmara (Fig.7). Logo neste acto *construtivo começa a primeira deposição de artefactos*. Na realidade um machado de anfíbolito (peça nº 3) (Fig. 14.4) foi usado como calço do esteio 4 (corredor), e um outro pequeníssimo machado de meta-vulcanito (peça nº6) (Fig. 13.4) foi encontrado no interior da fossa de assentamento do esteio 13 (câmara), supondo-se que talvez estivesse encostado ao primitivo esteio, ou mesmo na base deste (Quadro 2); um micrólito geométrico (nº 28) (Fig. 12.14) encontrava-se encaixado entre os calços do esteio 3 do corredor ortostático (ou Zona A, como explicitaremos adiante).

A destruição em torno da câmara não permite avaliar correctamente o primitivo contraforte pois deste já só restavam, cremos, as pedras mais afastadas dos esteios (Fig.6). Pensamos, aliás, *que o contraforte da câmara seria similar ao do corredor* – formado por lajes finas e compridas, similares a pequenos esteios e dispostos “em escama” contra o exterior dos esteios – o que teria levado os destruidores da câmara à ilusão de que ainda se encontrariam no “ lugar do tesouro” (Fig.8).

A contrafortagem exterior dos esteios foi realizada num ambiente de combustões sucessivas, sendo o combustível usado composto maioritariamente de cortiça, em menor grau, de urzes, e ainda carvalho (pouco significativo)²¹. Na realidade, as amostras foram recolhidas entre as pedras do contraforte e sobre este, o que indica a realização de fogo não só após terminada a deposição de pedras, mas durante esse acto. A cortiça, neste caso, pode ter sido usada porque é um combustível de longa duração, e que, simultaneamente, fornece uma chama duradoura, talvez escolhida com a finalidade de iluminar por período mais prolongado toda a periferia da câmara e corredor, durante a após esta fase de construção. Mas, sendo de longa duração é também de difícil combustão, pelo que a adição de madeira de urze, que arde muito bem (e usada por certo para atear a cortiça), criaria o ambiente propício a uma combustão eficaz e prolongada. Uma amostra deste conjunto foi datada pelo C14 (Ua 19256), o que permite datar o início da construção do monumento entre 3940-3650 AC (data calibrada para 2 sigma).

Trata-se aqui de uma acção onde não vemos finalidade técnica particular²², sendo de admitir um comportamento ritual ou cerimonial.

²⁰ Por toda a periferia da mamoa espalham-se grandes e médios núcleos de quartzo com vestígios de extracções, bem como lascas espessas, a par de blocos não talhados. Na recolha sistemática deste tipo de material à superfície, em que o monumento foi inserido numa área de 160 m (N-S) por 92 m (E-W), recolheram-se várias centenas destes “dejectos” de talhe. Ora, sob o *tumulus* da mamoa, esse material, bem como outros blocos não talhados, está ausente em todas as áreas abertas, o que nos leva a supor uma limpeza prévia do terreno. Este material volta a parecer, mas integrado nas couraças, contrafortes, etc. Porém, 1 dejecto foi encontrado na base da câmara, 21 no corredor ortostático (Zona A) e 9 no interface do corredor ortostático/corredor intratumular (peças nº 32 a 41, 44, 45 e 46 a 65). Tal concentração sobre o solo geológico do corredor tanto pode resultar de deposições intencionais como duma ausência de “limpeza” anterior.

²¹ Ver texto de Isabel Figueiral, quadro relativo à Mamoa d’Alagoa, no que diz respeito à identificação das espécies de 5 amostras do contraforte: amostras 27, 28, 29, 33 e 30. Muitas outras amostras foram recolhidas neste contexto, mas não se julgou necessário analisar uma amostragem maior.

²² Mesmo que o fogo seja útil na secagem da argila, caso esta tenha sido usada húmida, acrescentamos que poucos sedimentos, além de carvão, se encontravam entre as pedras do contraforte. A quase ausência desses sedimentos afasta assim uma hipótese de carácter funcional.

Em termos formais erigiu-se *um dólmen de câmara e corredor indiferenciado em planta*, uma vez que não existe uma quebra clara entre estes dois espaços, mas provavelmente *distintos em alçado*. No entanto, aquando da construção da câmara/corredor, ou, *mais provavelmente durante o uso específico daqueles espaços* (3º Tempo), foi criada uma “fronteira” física entre a zona terminal da câmara e o início do corredor, conseguida através da colocação na vertical de duas pequenas lajes (L2 e L3). Este espaço de fronteira foi denominado de *Zona A*, pertencendo, depois da colocação daquelas lajes, formalmente ao corredor (Fig. 7, 10 e 17). As Lajes 2 e 3, sub-rectangulares, pousavam no solo geológico pelo seu lado maior, sendo parcamente escoradas pelos sedimentos que foram depositados na base da câmara/início do corredor (Lx. 35 e 25). Tratava-se assim duma “fronteira” mais formal que estrutural, na medida em que as Lajes 2 e 3 podiam, se assim se desejasse, ser facilmente deslocadas e re-colocadas no local original ou noutro, no decurso do acesso à câmara, ou noutras acções desenvolvidas neste espaço. De qualquer modo, na posição em que foram registadas por nós, constroem o acesso à câmara, tornando mais estreita a passagem, a não ser que se passasse por sobre elas (o que seria possível se a câmara fosse mais alta do que o corredor, como pensamos). Acrescente-se que estas Lajes parecem ter sido escolhidas pela sua forma, tendo a Laje 2 sido toda talhada numa das extremidades, de forma a criar-lhe um contorno convexo, ou ogival, pelo que supomos poder tratar-se de pequenas estelas anepígrafas (Fig. 11).

É provável que arquitectonicamente a câmara também se diferenciasse, ainda que levemente, do corredor em altura (em alçado), repetimos, mas a ausência de todos os esteios na câmara não permite confirmar esta suposição. O corredor seria bastante baixo pois os esteios mais altos, contíguos à câmara, só se destacam do solo geológico em 1,40m (mais cerca de 12-14cm incluídos nos buracos de assentamento) (Fig. 16).

A laje de cabeceira, a julgar pela “fossa” de assentamento, seria de muito maiores dimensões que os restantes esteios (Fig.7). O encaixe dos esteios leva a supor que a construção se iniciou com a laje de cabeceira, à qual foram encostando, com leve sobreposição, todos os restantes esteios, incluindo os do corredor ortostático, de modo que seria aquela laje que manteria em equilíbrio toda a construção megalítica.

2º Tempo

Já que a câmara estava destruída até à base do contraforte, foi a escavação em torno do corredor que nos permitiu perceber que a mamoa – ou *tumulus* –, foi construída através do lançamento de terra argilosa, clara ou mais avermelhada, de encontro ao contraforte e aos ortostatos (marcada no corte 1 com o nº 2 e denominado de Lx.3), originando um montículo de contorno subcircular e perfil semicircular (Fig. 8). Na fase média desta deposição de argila, foi realizado fogo por sobre ela, acção de que permanecem as marcas visíveis no corte estratigráfico 1. É provável que estas queimadas, de que não restaram carvões mas somente terra queimada, tenham tido como objectivo primeiro a secagem da argila.

Este *tumulus* foi completado através de acções técnico-rituais que passamos a expor de seguida. Porém, estas acções se podem ser colocadas num segundo momento sequencial deste 2º Tempo, como pensamos, estratigraficamente admitem ter tido lugar no final, talvez como acto de condenação. A esta segunda hipótese, que cremos mais remota, voltaremos adiante.

Na primeira hipótese o supra citado montículo de terra foi coberto de lenha, a que se ateou fogo. A julgar pela quantidade de carvão deve ter ficado em combustão mais do que um dia. Sobre as cinzas, mas sobretudo sobre as brasas ainda vivas (dado que se encontraram pedaços de carvão que mostram que a combustão dos elementos vegetais não foi completa), foram sendo colocadas as primeiras pedras que definem o arco da couraça. Por sobre estas pedras continuou a realizar-se fogo, ao mesmo tempo que outras iam sendo colocadas até esta estrutura pétreia estar concluída. Simultaneamente foram colocadas esquírolas ou quartzo “esmigalhado” e cristais de quartzo na parte terminal, periférica da mamoa (sobre Lx.3, particularmente na zona Oeste) e ainda na sua periferia, fora do montículo, pois estes elementos também estiveram integrados na grande fogueira (Fig. 6).

Devido ao arrasamento da parte superior da mamoa, causado por lavras e pela erosão, não é possível saber se este nível de terra negra com carvão, que corresponde a esta “queimada” intencional, se prolongava até ao topo da mamoa cobrindo-a completamente, ou se se limitava à zona da couraça pétreo. Cremos que além da acção ritual envolvendo o fogo, este terá proporcionado uma mais rápida consolidação do solo argiloso do *tumulus*, particularmente se o monumento tivesse sido construído com argila húmida, mais fácil de “enformar”.

Este nível de terra negra com carvão encontra-se marcado nos cortes com o número 4, tendo sido denominado de Lx. 6 na sanja norte, de Lx. 7 na sanja oeste e de Lx. 8 na sanja sul; na sanja leste o nível de terra negra corresponde, como veremos adiante, não a este contexto, mas claramente ao da condenação da zona de entrada do corredor, tendo sido denominado de Lx. 5 (Ver cortes estratigráficos 1, 2 e 3). Foi datada uma amostra de carvão da sanja sul (CSIC 1811), cujo resultado, demasiado recente no conjunto do monumento, nos parece anómalo – 2400-2140 AC –, embora haja hipóteses, se bem que pouco consistentes, de esta ser avaliada noutros parâmetros, como comentaremos adiante.

A couraça, composta por elementos pétreos, marca o limite exterior da mamoa, de contorno subcircular (Fig. 6). É constituída maioritariamente por quartzo, quartzito e ainda algumas pedras de xisto quartzítico, de pequena e média dimensão. Juntam-se-lhe os cristais de quartzo e pequenos fragmentos de quartzo (como que decorrentes de blocos maiores “esmigalhados”, podendo ser também esquirolas de talhe). Esta couraça seria, *em princípio*, aberta a nascente, na direcção da entrada do corredor intratumular. Trata-se de uma couraça periférica, uma vez que a sua extensão é ligeiramente superior a 1 metro (Fig. 6 e 8), não cobrindo desta forma toda a mamoa. Na sanja oeste e no quadrante nordeste verificou-se que esta couraça, onde cerca de metade dos elementos de quartzo e quartzito são dejectos de talhe, é sobretudo “informal”, quer dizer não parece ter tido funções de retenção de terras. Na sanja oeste quase só se encontravam cristais e quartzos “esmigalhados” por entre a argila queimada e com muito carvão (Fig. 6). No seu conjunto, talvez esta discreta couraça decorra mais de tradições locais do que de motivos técnicos pois o montículo de argila, após seco ao sol (ou por queimadas), permaneceria firme na sua forma original. Tecnicamente proporcionava, é certo, uma melhor consolidação da parte periférica do *tumulus* – nos sítios onde era mais espessa, ou onde as pedras periféricas se dispunham em forma de travejamento, como é o caso das sanjas norte e sul –, mas acima de tudo *marcaria os seus limites externos*.

Consideramos quer a utilização, na couraça, de blocos com vestígios de extracções, bem como os cristais e “esquirolas” na sanja oeste e na periferia do *tumulus*, como uma escolha intencional que, de certo modo, pode configurar *uma deposição* no sentido ritual.

A identificação dos carvões provenientes desta extensa queimada mostrou tratar-se quase exclusivamente de urzes/torga, que ardem rapidamente, criando grandes chamas e atingindo em pouco tempo temperaturas muito elevadas²³. Cremos assim que a utilização de urzes/torga, em detrimento doutras espécies que existiam na periferia²⁴, não devem ser interpretadas somente em termos da sua disponibilidade no ecossistema já que a contígua Serra de Passos/Sta Comba, no mesmo período cronológico, mostra uma variedade florística muito grande, onde dominam os sobreiros/ carvalhos, seguido do medronheiro e só depois, de urzes, e que são todos bons combustíveis (Sanchez, 1997²⁵).

No primeiro ou no segundo momento deste 2º Tempo *foi moldado* na argila o *corredor intratumular*, na continuidade de corredor ortostático, logo, aberto a nascente. O corredor intratumular consiste numa depressão alongada com 3,40m de comprimento, 2,40m de largura máxima e cuja altura acompanhava

²³ Ver texto de Isabel Figueiral, quadro relativo à Mamoa d'Alagoa, relativo à identificação das espécies de 6 amostras da couraça: amostras 8, 10, 5, 1, 45 e 46.

²⁴ Mostradas no artigo de Isabel Figueiral

²⁵ Volumes I e II. Ver síntese no vol. I, pág. 57. Buraco da Pala IV: *Quercus* (total) - 42,72%; *Arbutus unedo* - 27,24%; *Erica* (total) - 19,51%.

aquela do *tumulus*, sendo mais alto (ou mais fundo) junto do corredor ortostático (50 cm) e diminuindo progressivamente, até desaparecer, na zona do átrio (Fig. 10). Desenhava-se em sentido levemente descendente do exterior para o interior, pois na parte exterior (leste, no átrio) só é levemente escavado no *tumulus* (L 13), mas atinge o solo geológico junto dos esteios do corredor (Fig. 9). Frente ao corredor intratumular parece desenvolver-se um átrio que não foi possível definir correctamente em planta, mas sim em corte (pela estratigrafia). Com efeito, de ambos os lados da couraça as pedras pequenas em quartzo do *tumulus* prolongam-se pela área frente ao eixo do corredor, encerrando este espaço. Estavam inseridas e cobertas também por terra queimada, tal como as da couraça (Fig. 6). Só estratigraficamente foi possível verificar que estas pedras assentam não na terra do *tumulus* (Lx.3), mas no solo primitivo da mamoa, o que nos indicou tratar-se então do fecho exterior do pequeno átrio que teria cerca de 2 m² (0,80 de comp. por 2,5 m de largura) (Fig. 9).

Em termos formais a Mamoa d'Alagoa apresenta um *tumulus* de forma subcircular, levemente alongado no eixo W-E, cujas medidas originais deveriam ser de 15,20 metros de eixo menor (N-S) e 16,40 metros de eixo maior (W-E) (Fig. 4, 5 e 6). A escavação mostrou que a mamoa tem, na parte central, cerca de 1,20 metros de altura máxima (medida do topo do solo geológico ao topo do esteio 4) (Fig. 8). No entanto, o facto de assentar numa pequena colina, confere-lhe uma maior visibilidade, sendo a diferença de cota entre o terreno aplanado circundante e o topo do monumento de 1,50 metros (Fig. 5). Pensamos que a altura inicial do *tumulus* deveria ainda ser superior, uma vez que o esteio 4 (do corredor), apesar de inclinado, e presumivelmente mais baixo que os da câmara, ainda se destacava 7 cm acima do nível do topo da mamoa; este esteio, erguido, elevar-se-ia do solo geológico onde se insere, em 1,40 m (embora meça na totalidade 1,52 m, 12 cm encaixados na sua fossa). Desta forma, a altura inicial da mamoa seria, no mínimo, de 1,50 metros, se contarmos que por sobre os esteios assentaria ainda uma laje de cobertura.

3º e 4º Tempos

O carácter transformador das acções levadas a cabo com o objectivo de (i) encerrar intencionalmente a câmara, “os corredores” e o átrio, que colocamos num 4º Tempo de uso, (ii) as violações posteriores, bem como (iii) a dificuldade de avaliar correctamente todas as datas de radiocarbono, não nos permitem distinguir de modo discreto a condenação da utilização propriamente dita do espaço criado pela construção megalítica interna, utilização que, *teoricamente*, corresponderia ao 3º Tempo. Mesmo assim, indicamos a sequência permitida pelas observações de campo.

A violação não afectou o solo primitivo da câmara, na sua totalidade e o corredor só se encontrava remexido nas camadas superiores da Zona A (na zona de contacto câmara/corredor as remoções eram mais profundas, mas no topo do corredor só atingiram as camadas superficiais) (Fig. 8 e 9). Assim, do lado esquerdo da câmara (lado sul), para quem entra, e logo imediata à Laje 2 (ver acima), vertical, e frente ao esteio 4 e 7, foi assente, na horizontal, uma outra laje fina e aplanada - Laje 1. É provável que seja deste momento o assentamento das Lajes 2 e 3, indicadas no 1º momento, bem como de *um bloco alongado e espesso de xisto quartzítico*, mas também com uma extremidade ogival, que se encontrava, tombado, sobre a fossa de assentamento da laje de cabeceira (Fig. 7 e 11). É de todo possível que este monólito, pela sua forma, volumetria e contorno, que sugere uma figura antropomorfa, estivesse, assente na vertical, frente à laje de cabeceira, no interior da câmara, tal como acontece em muitos outros casos indicados na bibliografia referente não somente à P. Ibérica, como à Europa Atlântica (ver, por ex: Bueno e Behrmann, 2004). Foi denominado de Laje 4 (Fig. 11).

Como se disse acima, a violação não foi total na câmara, permitindo que se registasse a deposição, nalgumas zonas e sobre o solo geológico, de uma fina camada de areão misturada com pequeníssimos seixinhos boleados pelas águas correntes, pelo que depreendemos que este “sedimento” tivesse sido recolhido, selectivamente, junto dum rio ou ribeiro, ou num antigo leito daqueles. Na verdade, a dimensão

dos diferentes elementos – areão e seixinhos – era tão uniforme que exigiu por certo uma escolha de onde os elementos maiores devem ter sido retirados. Preservaram-se três áreas cobertas por este piso de seixinhos/areão: uma, bastante extensa do lado sul, entre o extremo sul da fossa da laje de cabeceira, a Laje 1 (devendo cobri-la parcialmente) e a Laje 2; outra, mais reduzida, entre o extremo norte da laje de cabeceira e o esteio 12; a terceira pavimentava ainda o corredor, na zona mais próxima da câmara (Zona A), mas não chegava a atingir a entrada daquele. Este pavimento encostava aos primeiros esteios do corredor (esteios 3 e 4), às Lajes 2 e 3 (subverticais) e 1 (horizontal), cobrindo parcialmente esta última, como se disse (Fig. 10).

Também variado espólio se inseria neste piso, onde apareciam ainda pequenos blocos de hematite (/ocre), e onde parecia, pelas manchas avermelhadas, que a área teria sido polvilhada de ocre.

Creemos então que de seguida terão sido depostos na câmara e corredor vários artefactos. Na câmara temos: 12 micrólitos geométricos *in situ* (nº 9,10,11,12,13,14,15,17,18,20,23 e 29), e um outro, nº 16, que teria sido deslocado por violações ou remeximentos; um machado em anfibolito (nº 30) que apesar de se encontrar em sedimentos remexidos, entre o esteio 7 e a Laje 1, deve ser entendido como fazendo parte do uso da câmara (ou da sua construção, no Tempo 1) e um colar de contas de xisto cuja maior concentração se regista em torno e sobre a Laje 1 (Fig. 10 e 18). Com efeito, apesar dessa incidência maior naquela área, as contas também se dispersavam por outras áreas contíguas a esta, perfazendo um total de 490 contas na câmara e 5 na contígua Zona A (Fig. 10). Foi exumado ainda um dejecto de talhe em quartzo (nº 32) de que não estamos seguras de que seja uma deposição intencional ou resulte de uma deficiente limpeza do terreno (no Tempo 1). Na contígua Zona A (corredor), mas na parte mais próxima da câmara, foram colocados os seguintes artefactos: duas enxós (nº 4 e 67), uma grande goiva (nº1), uma lâmina (em dois fragmentos que colaram, nº 8 e 24), 2 micrólitos geométricos (nº 19 e 70), 21 dejectos de talhe em quartzo (nº 44, 45 e 46 a 65) (Figs.12, 13 e 14). Já entre a parte terminal do corredor ortostático e o início do corredor intratumular, foram depositados, agora sobre o solo geológico (e não sobre o pavimento de seixinhos que não atingia esta área), 9 dejectos de talhe (nº 33 a 41), e 3 cristais de quartzo (nº 42, 43 e 66).

Quatro artefactos exumados e que não se encontravam sobre o piso primeiro do uso da câmara/corredor, podem relacionar-se ainda com o uso deste ou, possivelmente, com uma segunda utilização. Temos uma enxó (nº 5) recolhida no contexto Lx. 25 – terra argilosa, vermelha, uniforme, que, vindo do corredor ainda cobria parcialmente a Laje 1 (e a enxó estava sobre aquela Laje, quase encostada ao esteio 4, mas já inserida nos sedimentos referidos atrás); um machado (nº 2) recolhido na câmara, a meia altura da Laje 1, em sedimentos de que não estamos certos se estavam levemente revolvidos (Lx. 28), mas cuja uniformidade nos leva a supor que seja provável que o machado estivesse pouco deslocado. Estes dois artefactos poderiam relacionar-se, como se disse, com uma eventual segunda deposição, ou mesmo com o encerramento. Uma lâmina (nº 7) foi recolhida nos sedimentos revolvidos da câmara, podendo provir de qualquer momento de uso. Um recipiente cerâmico deve ter sido deposto, inteiro, a 30 cm da base do esteio 2 ainda na fase final desta utilização ou imediatamente antes da condenação. Assentava numa fina camada de terras amarelas escuras (de 3cm), mas era totalmente rodeado de sedimentos queimados, acumulados aquando da condenação, como veremos (Fig. 10, 11, 19 e 20). O achado dum pequeno fragmento do seu bordo no contexto 29 (início da condenação), sobreposto ao 25, que consideramos de segunda utilização, indica que aquele recipiente já se encontrava depositado sob o esteio antes deste ter sido tombado para o interior. Ora a estratigrafia só indica então que o recipiente se integra na 2ª utilização, ou, mais seguramente, no início da condenação. Uma vez que já discutimos o contexto de recolha, de seguida assumimo-lo provisoriamente no contexto do início da condenação.

O que mostra uma condenação intencional (bem como uma utilização anterior) alicerça-se no facto de o corredor ortostático e o corredor intratumular estarem quase intactos (estratos não remexidos) embora os esteios 2, 3 e 4 se apresentassem lascados na parte superior.

Sobre o piso de areão/seixinhos, e de “artefactos” inseridos naqueles ou em terra argilosa avermelhada, desenvolve-se uma estratigrafia e deposições que testemunham a utilização insistente de fogueiras num contexto que cremos já ser de condenação (Corte 3, Fig.9). No corredor ortostático foram realizadas combustões sucessivas, alternadas com a colocação de pedras e de outros sedimentos, o que mostra que as fogueiras, embora podendo ser sequenciais, foram realizadas com paragens de combustão, pelo menos localizadas. No decurso destas queimadas, mas ainda na sua fase inicial, foi colocado, a 30 cm da base do esteio 2, um recipiente cerâmico completo, que se encontrava cheio de terra argilosa clara com alguns carvões.

Quando os sedimentos, formados largamente de estratos de carvão e terra queimada, ultrapassaram a meia altura dos esteios, estes foram tombados para o interior, de encontro uns aos outros (Fig. 16). Esta acção implicou uma grande pressão sobre o recipiente cerâmico, que “esmagou”, criando sobretudo fracturas verticais e distais (Fig. 19) e fazendo soltar um fragmento de bordo para uma área próxima. Em tempo recente, um lagarto penetrou por uma das fracturas para aí hibernar, o que contaminou as terras do recipiente pois os carvões daí retirados forneceram, na análise pelo C14 (Ua-19120) uma data histórica muito recente (1455-1950 DC)²⁶ (Quadro 1).

De seguida, ou em simultâneo, a abertura do corredor ortostático foi colmatado com pedras bem encaixadas, em cunha, do exterior para o interior – estrutura de fecho do corredor ortostático –, tendo sido iniciadas as combustões alternadas com a colocação imbricada de pedras e deposição de terras na depressão do corredor intratumular.

A estratigrafia não permite vislumbrar claramente se as queimadas nos “dois corredores” se desenrolaram em simultâneo – como leva a supor o estrato inferior de terra queimada –, se por separado – como sugere o fecho de pedras entre o corredor megalítico e o intratumular. Uma terceira hipótese é de considerar também e que é a seguinte: numa primeira “etapa” realizaram-se combustões de material lenhoso numa área que ia do corredor megalítico ao primeiro troço do corredor intratumular (L11 e L12); numa segunda foram levemente inclinados os esteios megalíticos para dentro seguidos do fecho deste corredor com pedras bem encaixadas; num terceiro realizaram-se combustões simultâneas em ambos os corredores, a par da colmatação com pedras, particularmente no corredor intratumular; no final inclinaram-se definitivamente os esteios uns contra os outros, até ficarem muito próximos entre si, mas a queimada e a colocação de pedras continuou no corredor intratumular. É provável que tenham continuado sobre o corredor megalítico, e que as remoções de terra posteriores, bem como a agricultura tenham destruído estes “restos” pois aí a terra humosa entrava já na parte superior dos esteios e alguns estavam mesmo danificados no topo. O incêndio estendeu-se ao átrio, onde as antigas lavras do terreno ainda deixaram conservada terra argilosa enegrecida pelo fogo, e, mais à superfície, uma lenticula de terra queimada (Fig.9). Uma amostra, que situamos na 1ª “etapa” do fecho do corredor megalítico/fecho do corredor intratumular (recolhida sob a estrutura de fecho) foi datada pelo C14 (CSIC 1812), tendo o seguinte resultado: 3700-3530 AC. Este datará por certo o início das acções de condenação do espaço megalítico (Quadro 1).

Encontrámos uma grande conta de colar em xisto esverdeado (nº 21) na fronteira entre o corredor intratumular e o átrio, em sedimentos não queimados (Fig. 10 e 14). Esta deposição tanto pode referir-se a um dos tempos de uso, como ao início do encerramento.

As espécies florísticas queimadas merecem de novo um comentário. A cortiça é o material insistente em todas as amostras (mesmo naquelas não analisadas), tanto no corredor megalítico como no corredor intratumular. Porém, é *sobre e entre as pedras que fecham o corredor megalítico e na área contígua do corredor intratumular* que mais cortiça se recolheu²⁷. *Volta então esta a ser a zona mais marcada por fogo*

²⁶ Esta é a explicação mais viável para esta data pois no momento da escavação encontrámos aí um grande lagarto, que vinha cá fora espreitar os primeiros raios de sol de Abril e que fugiu do recipiente cerâmico quando levantámos o esteio 3.

²⁷ Ver texto de Isabel Figueira, neste volume. Amostras 25, 19, 16, 3, 24,22.

e chamas que se querem prolongadas, enfatizando assim o fecho do corredor megalítico pelo seu exterior. Note-se que um procedimento similar – anotado por F. Gomes (1996:150) no corredor intratumular do dólmen 2 de Lameira de Cima (Viseu) – e que consistia na queima de cortiça –, foi interpretado por aquele arqueólogo como resultante de “fogueiras rituais aquando do encerramento do monumento” (*Idem, Ibidem*: 150). A par da cortiça, na Alagoa voltam a surgir urzes/torga em quantidades ainda elevadas; residualmente temos carvalho/ sobreiro, e, em menor grau, giestas .

Duas amostras retiradas da parte média do corredor intratumular²⁸ apresentam já uma composição proporcionalmente diferente, pois a cortiça só aparece residualmente numa delas²⁹. Dominam largamente as urzes/torga, voltando os carvalhos e sobreiros a serem pouco frequentes. Deste modo, no contexto das queimadas da condenação, a cortiça foi usada somente no interface corredor megalítico/corredor intratumular, bem como na do corredor megalítico (como veremos) mas não na parte média e terminal do corredor intratumular. No corredor megalítico embora dominem as urzes/ torga, foi queimada grande quantidade de medronheiro, seguido de cortiça, bem como algumas giestas.

No átrio/fecho do átrio temos quase só urzes.

A grande variedade de espécies identificadas nas amostras³⁰ da câmara e câmara/corredor refere-se porventura aos vestígios da vegetação local muito antes da construção do monumento, por volta do final do 7º-inícios do 6º mil. AC.

4.3. A relação entre a cronologia absoluta e a hipótese de faseamento proposto.

Indicámos no ponto anterior o contexto de recolha das 6 amostras datadas pelo radiocarbono. Estas figuram também no Quadro 1 e Gráfico 1.

Ref. Lab	Datação BP	Calibração (AC)						Obs.
		Método A		Método B				
		1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%	
Ua 19118 (AMS)	7365±75	6334-6901	6400-6031	6369-6363 6342-6312 6296-6293 6220-6195 6195-6159 6140-6088	2,3 14,3 1,2 36,1 19,4 26,6	6392-6064 6036-6034	99,9 0,1	Carvão vegetal. Base do interface câmara/corredor, sobre o solo geológico
Ua 19119 (AMS)	7175±85	6158-5926	6221-5843	6198-6193 6160-6138 6093-5979 5947-5920	2,2 11,6 72,5 13,7	6220-5882 5853-5843	99,1 1,0	<i>Idem</i> . Base da câmara, sobre o solo geológico
CSIC 1811	3818±32	2296-2201	2400-2142	2301-2200	100	2401-2378 2350-2190 2180-2142	4,7 86,9 8,4	<i>Idem</i> . Entre as pedras da couraça (sanja sul).
Ua 19256 (AMS)	4975±50	3887-3700	3939-3651	3889-3883 3797-3697 3677-3669	4,2 91,5 4,4	3939-3859 3814-3652	17,8 82,2	<i>Idem</i> . Entre as pedras do contraforte (encosta da ao esteio 3).
CSIC 1812	4834±34	3650-3543	3661-3536	3657-3632 3575-3574	59,8 2,1	3698-3676 3671-3625 3589-3525	5,3 49,7 45,0	Cortiça. Sob estrutura de condenação na entrada do corredor megalítico.
Ua 19120 (AMS)	260±65	AD 1524-1797	AD 1474-1948	AD 1516-1599 1616-1676 1764-1769 1775-1802 1939-1946	43,6 37,4 1,7 14,1 3,2	AD 1455-1694 1726-1813 1848-1868 1918-1949	72,6 21,0 1,2 5,3	Carvão vegetal. Interior de um recipiente cerâmico colocado no corredor imediatamente antes ou no início da sua condenação.

Quadro 1 – Mamoá d’Alagoa: datas de 14C.

²⁸ Amostras 16 e 22.

²⁹ Amostra 22.

³⁰ Amostras 35, 39 e 40.

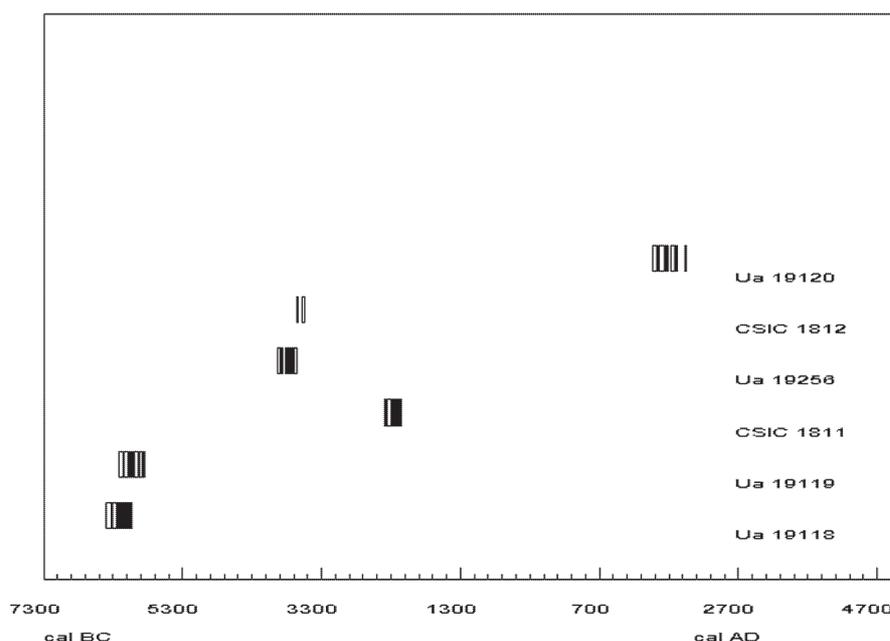


Gráfico 1 – Representação gráfica das datações de 14C da mamoa d'Alagoa.

Deste conjunto cremos que só duas datas correspondem, ou datarão, dois dos momentos de construção e uso propostos atrás. Uma delas – Ua 19256 –, que consistia em cortiça semi-queimada, foi recolhida entre as pedras do contraforte do esteio 3 (do corredor), resultando de uma das queimadas realizadas em torno do corredor (e provavelmente da câmara) no momento do escoramento destes ortostatos pelo exterior. Quer dizer naquele que denominamos o 1º Tempo. O seu valor, calibrado a 2 sigma, situa-se entre 3940 e 3650 AC (para 100% de probabilidade). Porém, a probabilidade maior na distribuição dos valores (82/%) contem a data no intervalo de 3815-3650 AC.

A segunda é a CSIC 1812, também realizada sobre cortiça semi-queimada e recolhida sob a estrutura de fecho do corredor megalítico, no interface com o corredor intratumular, datando portanto o início da condenação do espaço megalítico, no 4º Tempo. Situa-se entre 3700-3530AC (para 100% probabilidade-2 sigmas). O intervalo de maior probabilidade (94%, que resulta da soma de 45% com 49,7%) situa-a no período de 3670-3530 AC. Datará o início das queimadas relativas à condenação (4º Tempo).

Dado que a cortiça é de grande longevidade, e neste caso não vinha agarrada ao tronco original (pois não há, ou quase não há vestígios de *sobreiros* aqui), é de supor que as datas reais embora estejam contidas nos valores acima, nunca devem apontar para os mais antigos; este motivo leva-nos a valorizar o intervalo de maior probabilidade adentro dos 2 sigma. Mesmo assim as datas recobrem-se estatisticamente, sendo por volta de 3700 AC que podemos colocar um dos momentos de utilização da cripta interior (3º Tempo).

Porque as 2 amostras atrás se encontravam em contexto selado, é que descartamos o valor daquela CSIC 1811 (2400-2140 AC para 2 sigma), que se afasta notoriamente tanto da construção como da utilização. Ainda em abono desta hipótese de vida curta para este monumento está o espólio, marcadamente arcaico, mas perfeitamente articulado com contextos regionais da primeira metade do 4º milénio AC. De modo algum esta amostra se encontrava em contexto remexido, mas as pedras da couraça estão sujeitas à penetração de raízes, tanto actuais (de urze, carqueja e pinheiro), como ao longo dos tempos. E estas realmente entravam a grande profundidade, atingindo até o solo geológico, o que por certo terá “rejuvenescido” a amostra.

A aceitação desta data só poderia ser feita, e mesmo assim com muitas reservas, se considerássemos a 2ª hipótese de queimada por sobre o *tumulus*, bem como a colocação da couraça,

como um acto de encerramento. Esse encerramento teria começado então já no final da 1º metade do 4º milénio (3670-3530 AC), e ter-se-ia prolongado por bastante mais de 1 milénio!

Ora, ante os dados disponíveis para outros monumentos pouco complexos e pequenos como este, não é avisado aceitar esta acção de encerramento tão dilatada no tempo; também nada na couraça nos indica “visitas” ou deposições posteriores, pelo que se as queimadas na couraça foram feitas no contexto do encerramento, então foram por certo contemporâneas do encerramento do corredor/ átrio, o que tornará a data CSIC 1811 inaceitável.

Os valores das datas Ua 1918 e Ua 1919, situadas no seu conjunto entre 6390 e 5840 AC, porque recolhidas na base da câmara e câmara/corredor, sobre o solo geológico apontam para uma cronologia prévia à construção do monumento. Talvez devam ser entendidas no contexto da exploração do quartzo de filão neste local, mas claro, esta é só uma hipótese a considerar nos futuros estudos desta pedra e na relação daquela com a construção e uso da mamoa d’Alagoa.

Finalmente a amostra Ua 1912, que se situa entre 1455-1950 da nossa Era, não inviabiliza que aquele fosse o enchimento original do recipiente cerâmico deposto no corredor; quer dizer, que as espécies vegetais identificadas não sejam coetâneas da deposição (o mesmo acontecendo para o sedimento, que ainda não foi analisado) pois o vaso estava selado pelo esteio. Cabe dizer antes que por qualquer motivo os carvões foram afectados no seu teor de radiocarbono e que neste caso essa alteração pôde provir do grande lagarto que aí vimos hibernando.

5. SOBRE AS PEÇAS (INSTRUMENTOS, ADORNOS, ETC.) INTEGRADAS NA CONSTRUÇÃO E USO DA MAMOA D’ALAGOA

A intervenção levada a cabo na mamoa d’Alagoa permitiu a recolha de um conjunto significativo de instrumentos líticos, contas de colar e um vaso cerâmico. Excluimos daqui os “dejectos de talhe”, que perfazem várias centenas, e que foram exumados fundamentalmente na couraça pétreo. Encontram-se ainda em estudo, a par daqueles recolhidos na periferia da mamoa e nas sondagens aí realizadas, que puseram à vista tanto veios de quartzo de filão em exploração, como parcial e mesmo totalmente esgotados³¹.

A descrição consta dos respectivos quadros, pelo que não vamos aqui repetir a informação daqueles, mas somente fazer alguns comentários.

Os artefactos, depositados como “memória” ou metáfora de alguma ideia que se queria perpetuar, ou que se queria que vencesse o tempo (à semelhança da consistência dada ao conjunto desta arquitectura que incarna de forma física um memorial que une o Passado, na forma de ancestrais e seus feitos, e o Futuro), encontravam-se maioritariamente em estado de uso. A despeito de serem maioritariamente instrumentos que acarretaram grande investimento técnico e social – dado que as suas matérias-primas não são somente locais, como regionais e extra-regionais (sílex) – e de poderem ser usados nas actividades quotidianas, subsistenciais ou outras, foram como que desviados do seu uso tradicional, para um contexto de activação de outras necessidades tão ou mais humanas e prementes que as anteriores. Estamos a falar da legitimação identitária, ou valoração genealógica das acções que a comunidade desenvolve na esfera da sua vida corrente.

Pormenorizemos algumas ideias que nos sugerem estes instrumentos e adornos, mas para os quais não temos um entendimento claro. Estas referem-se tanto à distribuição espacial, como à morfologia/técnica, estado de uso e natureza das matérias-primas.

³¹ Este estudo está a ser feito por Rafael Morais e Isidro Gomes.

N.º Inv.	Peça	Proveniência	Matéria prima	Estado de conservação	Medidas (máx. cm)		Silhueta			Gume			Tallo		Polimento	Observações	
					comp.	larg. esp.	frontal	longitudinal	transversal	silhueta	secção	plano	estado	larg.			esp.
1	goiva	L11; Lx.35	anfíbolite	completo	21,1	2,9	2,7	rectangular	quadrangular	convexa	convexa	curvo (tipo U)	picoado	14	1,5	parcial	Zona A, "in situ"
2	machado	K10; Lx.26	anfíbolite	fragmento	indet.	3	3	rectangular	quadrangular	convexa	duplo-simétrico	curvo (tipo U)	lascado/picoado	10	2	total	Câmara/Zona A
3	machado	L11; Lx.37	anfíbolite	completo	15,9	5	3,3	rectangular	rectangular	convexa	duplo-simétrico	curvo (tipo U)	lascado	11,5	2,5	parcial	base do esteio 4, "in situ"
4	enxó	L11; Lx.35	anfíbolite	completo	14,5	5	2,1	rectangular	rectangular	convexa	convexa	sinuoso	picoado	16	3,5	parcial	Zona A, "in situ"
5	enxó	L10; Lx.25	anfíbolite	completo	14,3	5,3	2,2	rectangular	semicircular	plano-convexa	duplo-convexo assimétrico	sinuoso	picoado	12	3	parcial	Sobre a Laje 1, "in situ", junto do esteio 4.
6	machado	M9; Lx.38	meta vulcanito	completo	5	2,9	0,9	triangular	elíptica	convexa	duplo-convexo assimétrico	curvo (tipo U)		13,5	3	total	fossa de assentamento do esteio 13 da câmara
30	machado	K10; Lx.25	anfíbolite	completo	11,9	3,9	4,2	elíptica	ovalar	convexa	duplo-convexo simétrico	curvo (tipo U)	picoado	15	3	total	câmara, violação
67	enxó	L11; Lx.35	anfíbolite	fragmentado	13,5	4,5	2,5	rectangular	rectangular	rectilínea	convexa	rectilíneo	lascado/martelado	16	3	parcial	Zona A, "in situ"

Quadro 2 - Mamoa d' Alagoa: instrumentos líticos polidos.

N.º Inv.	Proveniência	Matéria Prima	Classificação (seg. G. E. M.)	Secção	Retoques	Medidas (mm)		Observações	
						comp.	larg. esp.		
9	K10; Lx.35	silix	trapézio rectângulo com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	22	14	câmara, "in situ"	
10	L11; Lx.35	silix	trapézio rectângulo com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	21	10	peneiração	
11	K10; Lx.35	quartzito hialino	trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas	indet.	abruptos em ambas as truncaturas			câmara, "in situ"	
12	L10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	30	15	câmara, "in situ"	
13	L10; Lx.35	quartzito hialino	trapézio rectângulo com truncatura maior curta	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	24	16	câmara, "in situ"	
14	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	27	16	câmara, "in situ"	
15	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	21	12	câmara, "in situ"	
16	L9; Lx.26	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	27,5	11,5	câmara, deslocado??	
17	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	24	14	câmara, "in situ"	
18	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	23	13,5	câmara, "in situ"	
19	L11; Lx.35	silix	trapézio (fragmentado)	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	indet.	11	1,5	zona A - peneiração
20	K10; Lx.35	ágata	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	27,5	12	câmara, "in situ"	
23	M10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	24	10	câmara, "in situ"	
28	L11; Lx.39	silix	triângulo escaleno	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	18	9	base do esteio3/ zona A	
29	L10; Lx.35	silix	trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	22	7,5	câmara, peneiração	
70	L11; Lx.35	silix	triângulo isósceles	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	19	11,5	zona A - peneiração	

Quadro 3 – Mamoa d'Alagoa: micrólitos geométricos.

N.º Inv.	Proveniência	Matéria Prima	Perfil	Secção	Retoques	Medidas (mm)			Observações
						comp.	larg.	esp.	
8-24	L11; Lx.35/36	sflex	curvilíneo	trapezoidal	não retocada	150	16	2	Zona A, "in situ"
7	L10; Lx.15/24	sflex	curvilíneo	triangular	semi-abruptos, unificiais e descontínuos em ambos os bordos	68	14,5	4	violação, deslocado

Quadro 4 – Mamoa d'Alagoa: lâminas.

Proveniência	Forma	Medidas (cm)			Secção	Aspecto das superfícies	Afeição
		eixo maior	eixo menor	espessura média			
Laje 1 L10-11; K10-11	sub-retangular	83	45	4	sub-retangular	sub-retangular	não tem
Laje 2 L11	sub-retangular com extremidade ogival	67	43	6	sub-retangular	sub-retangular	talhada numa das extremidades
Laje 3 L10	sub-retangular	57	43	6	sub-retangular (irregular)	sub-retangular (irregular)	não tem
"Laje" 4 L9	sub-retangular com topo ogival	73	37	25	sub-paralelográfica	sub-paralelográfica	possivelmente afeição numa das extremidades

Quadro 4 – Mamoa d'Alagoa: lâminas.

No momento da construção da câmara/corredor foram depositados 2 machados diferentes entre si. Aquele nº 3 (Fig. 13.4), se comparado com as restantes peças polidas, é rugoso (porque só parcialmente polido) e tem o gume lascado, pelo que, se não fosse “afiado” estava tecnicamente inoperacional. É provável que o lascado se deva ao seu uso como machado, ou, mais provavelmente, como enxada. O pequeno machado nº 6 (Fig. 14.3) é uma peça duma beleza extraordinária (para os parâmetros actuais), feito de metavulcanito de cor ocre amarelo escuro-avermelhado. Todo cuidadosamente polido e sem vestígios de uso, seria uma peça criada por certo com finalidades votivas ou rituais já que as suas dimensões não permitem o uso em actividades como o abate de árvores ou a remoção de terra. Deste 1º Tempo de construção/deposição, um pequeno triângulo escaleno em sílex - nº 28 - pelo contrário, encontrava-se teoricamente em uso (Fig.12.14).

Em síntese, os 3 instrumentos votivos inseridos na estrutura megalítica – 2 machados e 1 micrólito –, fabricados em 3 tipos de matéria-prima – anfibólito, metavulcanito e sílex –, configuram também 3 situações diferentes quanto à sua operacionalidade técnica: em curso de uso ou mesmo desuso (machado nº 3), potencialmente em uso (micrólito nº 28) e um machado por certo fabricado somente para contextos rituais ou sociais (nº 6).

No Tempo de uso do espaço megalítico – câmara e Zona A – deparamos com situações diversas.

No conjunto do total dos micrólitos geométricos dominam os trapézios, tendo sido os dois únicos triângulos recolhidos já na Zona A. Um foi referido atrás, pertencendo ao contexto de construção (nº 28) e o outro é um triângulo isósceles (Fig. 12.9). Nesta mesma Zona A estava um trapézio, mas fragmentado. Dada a sua posição estratigráfica, terá sido depositado já neste estado.

Na câmara encontramos os restantes micrólitos (todos trapézios) e em condições técnicas de utilização. Nas matérias-primas os micrólitos da câmara são predominantemente em sílex, ou rochas siliciosas (ágata), surgindo só um em quartzo hialino; na Zona A são todos em sílex/rochas siliciosas.

No que respeita ao material lítico polido parece haver mais diferenças entre a câmara e a Zona A. Na câmara temos um machado completo (nº 30), com polimento total³²; justamente na zona de separação teórica entre a câmara e a zona A, temos uma enxó (nº 5); na Zona A temos duas enxós (nº 4 e 67) e uma goiva (nº 1). Deste modo, as enxós e goiva incidem na zona A e estão como que ausentes da câmara; nesta temos um (ou possivelmente dois³³) machados, instrumentos que estão ausentes da Zona A (Fig. 10, 13 e 14).

Todos estes instrumentos da câmara/zona A têm morfologia e dimensões apropriados às funções para que cremos serem criadas (no seio duma economia agro-pastoril) e encontram-se em perfeito estado de uso, sendo então de enfatizar o facto de um machado (nº30), bem como a goiva e uma das enxós (nº 4) não apresentarem indícios de utilização.

A lâmina de sílex recolhida na Zona A estava partida (nº8+24), tendo fragmentado, cremos, já quando deposta; uma outra lâmina de sílex, esta retocada (nº 7), ao contrário da anterior, provém de violações. Foi encontrada na câmara, mas desconhecemos se resulta estritamente de violações deste espaço (Fig. 10 e 12). Ambas as lâminas parecem não ter vestígios de uso.

As contas de colar, em número de 495, são pequenas contas de xisto circulares, com uma perfuração central e que deviam fazer parte de um só colar. Este colar teria sido deposto a nosso ver sobre a Laje 1, ou encostado a esta, já que é sobre ela e na sua periferia que se registam as maiores concentrações.

Uma outra conta grande de xisto (nº 21), circular (diâm. max. 2,5 cm), espessa (1,4 cm), de secção sub-rectangular e perfuração bitroncocónica, localizada na zona de contacto entre o corredor intratumular

³² Peça que pode corresponder a uma provável 2ª utilização, pois provém duma área imediata a perturbações estratigráficas.

³³ O machado partido nº 2 (Fig. 15.2) estava numa zona violada, mas a proximidade da câmara leva-nos a admitir que seria proveniente desta (do 1º ou 2º Tempo de uso).

e o átrio, estava bastante deteriorada (superfícies rugosas e em desintegração) (Fig.10 e 14.5). Quer pertença ao 1º Tempo de uso do acesso, quer ao encerramento, terá sido a percolação de águas e a humidade da terra (estava a fraca profundidade) que contribuíram para a sua má conservação.

O *recipiente cerâmico inteiro* tem forma esférica (esférico alto), de boca fechada (com pequena quebra no lábio) e fundo convexo (Fig.11). Corresponde à forma 2A do vizinho abrigo do Buraco da Pala. Possui uma decoração formada de linhas incisivas verticais, pouco profundas e espaçadas entre si, que atingem cerca de 2/3 da altura do recipiente. Estas linhas são pouco profundas e foram feitas com um instrumento de duas pontas, embora o movimento de incisão faça com que por vezes só uma delas rasgue a pasta mole. Tem superfícies alisadas de cor castanho amarelado no exterior (por vezes com manchas negras, localizadas) e mais escura no interior (Fig.20). A espessura média das paredes é 6 mm. A pasta é compacta, bem cozida e com desengordurante formado de mica e quartzo (calibre entre 0,5 e 1mm).

Esta forma é corrente no contexto habitacional do vizinho abrigo do Buraco da Pala IV (datado do mesmo período aproximado), onde dominam formas lisas, mas onde existem mais raramente algumas outras com o corpo inciso verticalmente. As incisões verticais alongadas são muito raras nos contextos da época. Assim, embora o recipiente da Alagoa seja *uma forma* comum aos contextos habitacionais e sepulcrais desta época (4º milénio AC), a *decoração*, com a carga simbólico/identitária que poderá acarretar, pode apontar para a escolha dum recipiente pouco vulgar, ou até excepcional para jogar com a simbologia doutros elementos ou acções, nas deposições do corredor ou no início da sua condenação.

Foram ainda recolhidos no corredor megalítico mais dois fragmentos de bordo de recipientes diferentes, de fabrico manual mas onde não é possível deduzir a forma³⁴. Um deles – c. a – foi recolhido em L11 (Lx.26) no interface com os sedimentos da condenação, e o outro – c. b – também em L10 (Lx. 32.2), já nas camadas de condenação do corredor.

Como se encontravam em zonas não remexidas, é provável que tenham sido trazidos com as terras que intercalam as queimadas da condenação no corredor, sendo possível colocar a hipótese (ainda que não seja a única) de terem sido usados em contexto habitacional próximo do monumento, ou em contextos de uso relacionados com a construção daquele.

6. NOTAS FINAIS

O estudo da Mamoa d'Alagoa, bem como da Mamoa 1 do Castelo (Sanches e Nunes, 2005) que consideramos pertencerem a um mesmo conjunto megalítico, vem complexificar o conhecimento relativo aos monumentos megalíticos, ou somente *tumuli*, conhecidos em Trás-os-Montes maioritariamente pela prospecção. Embora a exposição atrás diga respeito somente à Mamoa d'Alagoa, algumas das considerações que aqui fazemos decorrem também da escavação da Mamoa 1 do Castelo bem como do registo analítico realizado por uma de nós (SAN) nos *tumuli* da região de entre os rios Corgo e Tua (Nunes, 2003), pelo que se remete o leitor para a respectiva bibliografia.

Muitos aspectos merecem destaque, mas dada a extensão deste texto, incidimos naqueles que nos parecem de momento mais pertinentes.

Um deles diz respeito à utilização do fogo nos diferentes passos da construção, uso e condenação do monumento. Parece-nos que as espécies queimadas foram escolhidas em função das suas propriedades físicas como combustível, e em simultâneo, da valorização social e cosmogónica que a comunidade lhe atribuía, como foi exposto atrás.

34 c. a : fragmento com 5mm de espessura, alisado em ambas as superfícies, com cor castanha no exterior e cinzenta no interior. Tem pasta compacta com desengordurantes (mica e quartzo) de calibre inferior a 5mm; c. b - fragmento com 6mm de espessura, em tudo similar ao anterior mas provém dum recipiente diferente não somente pela forma do bordo mas também porque a pasta é mais grosseira já que o desengordurante (mica e quartzo) varia entre 0,5 e 1mm.

A utilização e manipulação do fogo na construção, uso, destruição, reconstrução e encerramento é um aspecto que, de tão frequente, tem vindo progressivamente a chamar a atenção da investigação relativa ao fenómeno funerário e à multiplicidade de acções e intenções que se vislumbram nestas construções aparentemente similares, aparentemente com a mesma função – a de dar guarida a alguns cadáveres, ou aos seus restos, aqui transformados em ancestrais – mas afinal tão peculiares se prestarmos atenção não somente a pormenores arquitectónicos e espaciais, como aos vestígios de práticas específicas.

De tal modo o uso do fogo está a ser, justamente, valorizado que sobre o tema foi realizado em Setembro de 1999, na Universidade de Valladolid, um encontro científico³⁵ de cujo programa fez parte uma simulação de Arqueologia Experimental sobre destruição pelo fogo dum monumento da Meseta Norte (Peña de la Abuela, Ambrona). A respectiva publicação do encontro (Rojo, M. e Kunst, M. eds., 2002) dá conta da diversidade do uso de fogo não somente em monumentos da vizinha Espanha (Meseta Norte e Sul, Navarra e Catalunha, ou mesmo ilhas Canárias), como em França, Inglaterra e Irlanda. Porém, uma rápida passagem pela bibliografia publicada nomearia monumentos “funerários” em quase todas as regiões da Europa atlântica.

Reflectindo nestes características das Mamoas d'Alagoa e 1 do Castelo, uma de nós apresentou recentemente uma comunicação³⁶ onde se defendeu que a manipulação do fogo, similar em ambas as mamoas, fosse considerada uma tradição local nas Terras de Jou; uma tradição tão enraizada nas práticas construtivas e rituais que teria conduzido à mesma sequência, e quase à mesma natureza de procedimentos tanto na mamoa d'Alagoa, datada do 2º quartel do 4º mil AC., como na mamoa 1 do Castelo, esta construída, com toda a probabilidade, no último quartel do 4º mil. AC, isto é, quando aquela já se encontrava há muito encerrada. Outros monumentos poderão ter sido construídos entretanto pelo que se nos afigura necessário escavar com muito mais cuidado e atenção no sentido de precisar esta ideia, quer dizer, a da existência dum “esquema” arquitectónico e ritual enraizado no modo de fazer e de pensar colectivamente estes monumentos ligados aos ancestrais.

Outro aspecto diz respeito à deposição de artefactos e sua integração no monumento durante os diferentes passos de construção, uso e condenação. Nem sempre o estado de conservação dos monumentos permite este tipo de observações; outras vezes à destruição juntam-se transformações arquitectónicas de natureza variada que afectam intencionalmente a vida e forma dos monumentos. Estas últimas complicam, mas frequentemente também enriquecem, a leitura da relação dos objectos com a acção (*praxis*) e o espaço arquitectónico. Na Alagoa, as observações realizadas sugerem-nos que no momento da construção, entram em acção numa mesma tradição procedimentos que podemos considerar locais, uns, regionais e/ou extra-regionais, outros. No primeiro caso, além do uso selectivo do fogo, já referido, temos a deposição de cristais de quartzo e quartzo esmigalhado em toda a periferia da mamoa³⁷.

No segundo temos por ex. a deposição de artefactos (ou de peças recolhidas do mundo natural, como seixos, cristais) no momento da construção das estruturas megalíticas e em geral das mamoas ou *cains*, onde jazem na maioria dos casos escondidos do olhar público, ou seja, onde corporizam uma mensagem que se pretende secreta ou uma acção propiciatória. Este comportamento tem sido sistematicamente registado em monumentos peninsulares e extra-peninsulares escavados segundo metodologias cuidadas, e de que demos só alguns exemplos atrás. Ainda os colares de xisto (ou outras

³⁵ Reunião Internacional “Sobre el significado del fuego en los rituales funerários del neolítico”, posteriormente publicada .

³⁶ No 3º Curso Intensivo de Arte Pré-histórica Europeia (Tomar, Abril de 2003), intitulada “ O monumento megalítico como unidade arquitectónica, ritual e identitária”.

³⁷ Embora a deposição de cristais se registre noutros monumentos por toda a P. Ibérica, na Alagoa e particularmente na do Castelo, foi usada de modo extensivo na sua periferia.

contas, particularmente de cor verde) manifestam o valor social atribuído aos adornos pessoais, tão frequente nos monumentos megalíticos. Isto independentemente de pensarmos que se trata de artefactos que foram pertença do indivíduo em vida, como nos sugeriu o enterramento individual (provavelmente infantil), da mamoa 3 de Pena Mosqueira, em Sanhoane-Mogadouro. Na verdade no monumento adquirirão outro estatuto, o da manifestação do respeito por um indivíduo transformado em antepassado da comunidade. Instrumentos como enxós, machados, lâminas, micrólitos, recipientes, e mais raramente, goivas, ocorrem em quantidades e associações diferentes nos monumentos de todo o NW peninsular, desde os seus momentos mais antigos, no 5º e 4º milénios AC (Fabregas, 1991). A estes somam-se muitas vezes pontas de seta, ausentes da Mamoa d'Alagoa, embora neste caso não tenhamos condições regionais de avaliar se se tratará duma questão cronológica, ou simplesmente ritual.

Também estes instrumentos são muitas vezes realizados em matérias primas locais e regionais, como acontece na Alagoa (argila, xistos variados, quartzo, ágata, anfíbolito, metavulcanito) o que indicia a valorização de territórios de procedência extensos, bem como das comunidades que os ocupam, e com as quais se estabelecem relações sociais estreitas e frequentes. No caso da Alagoa não pudemos ainda deslindar especificamente quantos dos micrólitos são realizados em sílex, de procedência forânea, extra-regional, ou somente em rochas siliciosas (como ágata, opala ou quartzo hialino), pois estas últimas ocorrem no maciço de Morais-Bragança, basicamente no curso do Alto Sabor, tal como o anfíbolito, o que sobrevalorizaria as relações regionais. Mas não havendo regionalmente condições geológicas para a ocorrência de nódulos que permitissem o fabrico das lâminas, e verificando-se que muitos dos micrólitos (trapézios) são extremamente *standardizados* e por certo produzidos a partir de lâminas (Fig. 12), então a matéria-prima destas terá de ser de procedência muito mais longínqua. Afinal a própria *ideia* ou *plano arquitectónico* do monumento com mamoa, câmara dolménica, corredor megalítico, corredor intratumular e átrio (este de reduzidas dimensões), obedece por certo a um esquema territorialmente muito estendido, o que reforça a ideia de que os monumentos na sua maioria resultam do cruzamento de ideias relativas ao modo de venerar os antepassados partilhados por outras comunidades, a par de tradições de índole marcadamente local.

Do conjunto de artefactos presente neste monumento (e no do Castelo) notar-se-á a ausência de moinhos (moventes ou dormentes), tão frequentes nos monumentos de Trás-os-Montes, Minho e outras regiões e tão significativos na economia agro-pastoril (e mesmo recolectora). Talvez por razões que terão a ver com tradições locais, a moagem, ou o seu instrumento mecânico, não mereceu o mesmo destaque de outras actividades que temos por rotineiras (agricultura, desflorestação, caça, trabalho da madeira, etc.).

O monumento assume-se assim como um microcosmos onde parecem cruzar-se múltiplos significados cuja abrangência social, territorial, económica e cosmogónica intuímos, mas que estamos longe de nomear de modo mais concreto.

Adentro desta ideia, devemos indicar, ainda que de passagem, a presença de elementos antropomorfizados no interior do espaço megalítico. Referimo-nos às lajes alongadas, nº 2 e 3, fincadas sobre o seu lado maior, a primeira de contorno ogival, que materializam a divisão do corredor/câmara, e que poderão evocar entidades de carácter genealógico. Um outro bloco de forma sub-rectangular, mas muito espesso e com o topo ogival, que denominámos de "Laje 4", e que também evoca, pela volumetria e topo superior, uma entidade antropomorfa, estaria, segundo cremos, assente na vertical junto da laje de cabeceira.

Partilhamos da opinião de P. Bueno e B. Behrmann (2004, 1997) de que as figurações antropomorfas megalíticas, de forma sugerida (como pedras de contornos geométricos, as placas anepígrafas, por ex.) ou de modo mais claramente individualizado e claro (na relação da figura com o suporte, e que nomeamos como menires, estelas, betilos), mostram o seu carácter identificador com entidades *menos pela sua tipologia formal do que pelo local que ocupam no espaço funerário*. São, segundo aqueles autores, que verificaram pessoalmente dezenas de monumentos, mas que procederam também a uma sistematização

com base em estudos publicados (*Idem*, 2004), as zonas da entrada do corredor, aquelas da passagem dos corredores à câmara e a parte frontal da câmara, os lugares de eleição destas figuras que, frequentes vezes, aparecem de forma gravada ou pintada nos esteios de cabeceira e seus laterais (o que localmente acontece na Mamoa 1 do Castelo, ou no monumento nº 4 do Alto de Madorras/ Pópulo). Deste modo, cremos que as “lajes” 2, 3 e 4 evocarão neste monumento da Alagoa figuras antropomorfas. A laje nº 1, assente no solo da câmara, poderá ter um significado de mais difícil interpretação. Contudo, o grande seixo de contorno antropomórfico, também coberto de ocre, e uma laje polida sub-rectangular com restos de pintura (de uma figura antropomorfa), registados deitados no enterramento não remexido da Mamoa 3 de Pena Mosqueira (Sanhoane-Mogadouro) (Sanches, 1987), sugerem que também esta laje nº 1 poderia sugerir algo de similar. Mas, evidentemente, esta é, por ora, só uma possibilidade se atendermos não somente à proximidade regional entre ambas as mamoas transmontanas, como aos seus espólios e cronologia similares. Como a Mamoa 3 de Pena Mosqueira não continha qualquer estrutura megalítica, teríamos de admitir que no que respeita ao espaço funerário, as comunidades regionais, mesmo que tenham tradições arquitectónicas distintas, comungam de vários elementos simbólicos, neste caso móveis (artefactos, “estelas”) ligados ao espaço funerário. Apoiando esta ideia ocorre um outro achado mais perto da Mamoa d'Alagoa. No final do séc. XIX, Henrique Botelho (1898) recolheu na câmara do dólmen K de Perafita (Alijó-Pópulo) uma placa rectangular de granito, com apêndice superior e 4 sulcos na parte inferior, que também sugere vagamente uma figura antropomorfa. Situava-se no mesmo nível de duas lâminas de sílex e de um fragmento de quartzo vermelho, portanto com artefactos também presentes na Alagoa.

Para terminar, assinalamos uma ideia que nos parece ser de reter e que é a de que os monumentos megalíticos conhecidos nas Terras de Jou/Bacia de Mirandela, portanto da parte leste de Trás-os-Montes, embora não concentrados em grandes necrópoles como nas regiões mais litorais, mostram, pela sua arquitectura e rituais, uma grande semelhança com aqueles e em simultâneo, uma especificidade que só as necessárias escavações ajudarão a precisar.

Vila Nova de Gaia/Porto, Janeiro de 2005

Agradecimentos: Agradece-se a Rafael Morais e a Paulo Santos a digitalização de imagens; a Miguel Almeida os desenhos dos micrólitos geométricos e lâminas e a Lília Basílio os desenhos do material lítico polido.

BIBLIOGRAFIA

AGROCONSULTORES E COBA (1991), *Carta dos solos, carta do uso actual da terra e carta da aptidão da terra do Nordeste de Portugal*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (com “Memórias” e “Anexos” policopiados).

AZEVEDO, M. de (1895), “Notícias archeológicas de Trás-os-Montes”, *O Archeologo Português*, 1, Lisboa, pp. 130.

BOTELHO, H. (1898), “Antas do concelho de Alijó”, *O Archeologo Português*, 4, Lisboa, pp.186-198.

BUENO RAMIREZ, P. e BEHRMANN, B. (1997), “Arte megalítico en sepulcros de falsa cúpula. A propósito del monumento de Granja de Toniñuelo”, *Brigantium*, 10, pp.91-121.

BUENO RAMIREZ, P. e BEHRMANN, B. (2004), “Imágenes antropomorfas al interior de los megalitos: las figuraciones escultóricas”, *In Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre da Europa Atlântica – Sinais da Pedra (Évora, 24-26 Janeiro 2003)*, Fundação Eugénio de Almeida, Publicado em CD, pp.1-19.

- CASTRO, A. S. et al (1997), "Trabalhos de escavação arqueológica realizados no monumento 2 da "Lameira Travessa" (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu)", *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 29-53.
- COSTA, A. L. Pinto da (1992), *O Concelho de Murça (Retalhos para a sua História)*, Câmara Municipal de Murça.
- COSTA, J. C. et al. (1998), "Biogeografia de Portugal Continental", *Quercetea*, vol. 0, Bragança, Associação Lusitana de Fitossociologia, pp. 5-56.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. (1991), *Megalitismo del Noroeste de la Península Ibérica. Tipología y Secuencia de los Materiales Líticos*, Aula Aberta, 58, Madrid, U.N.E.D..
- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. (1998-1999), "A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente", *Portugália*, Nova Série, vol.19-20, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 71-101.
- GOMES, L.F.C.(1996), *A Necrópole megalítica da Lameira de Cima (Penedono-Viseu)*, Estudos Pré-históricos, 4, Viseu, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.
- NUNES, S. A. (2003), *Monumentos sob tumulus e meio físico no território entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes): aproximação à questão*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2 vols., (policopiada).
- NUNES, S. A. (no prelo), "Reflexões sobre a paisagem tumular entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes, NE de Portugal)", *In Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Setembro de 2004.
- ROJO GUERRA, M. e KUNST, M. eds.(2002), *Sobre el Significado del Fuego en los Rituales Funerários del Neolítico*, "Studia Archaeologica", 91, Secretariado de Publicaciones e Intercâmbio Editorial de la Universidad de Valladolid.
- SANCHES, M.J. (1987), "A mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro)", *Arqueologia*, 15, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp.94-115.
- SANCHES, M. J. (1994), "Megalitismo na bacia de Mirandela", *Actas do Seminário "Megalitismo no Centro de Portugal"*, (Mangualde, Nov. 1992), Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp.249-284.
- SANCHES, M. J.; NUNES, S. A. (2004), "Monumentos pétreos do 4º e 3º mil. BC: suas formas, topografias e contextos na área central de Trás-os-Montes (Nordeste de Portugal)", *In Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre da Europa Atlântica – Sinais da Pedra* (Évora, 24-26 Janeiro 2003), Fundação Eugénio de Almeida, Publicado em CD, pp.1-26.
- TABORDA, V. (1987), *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, "Coleção Espaço e sociedade", 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte (Lisboa, 1932).

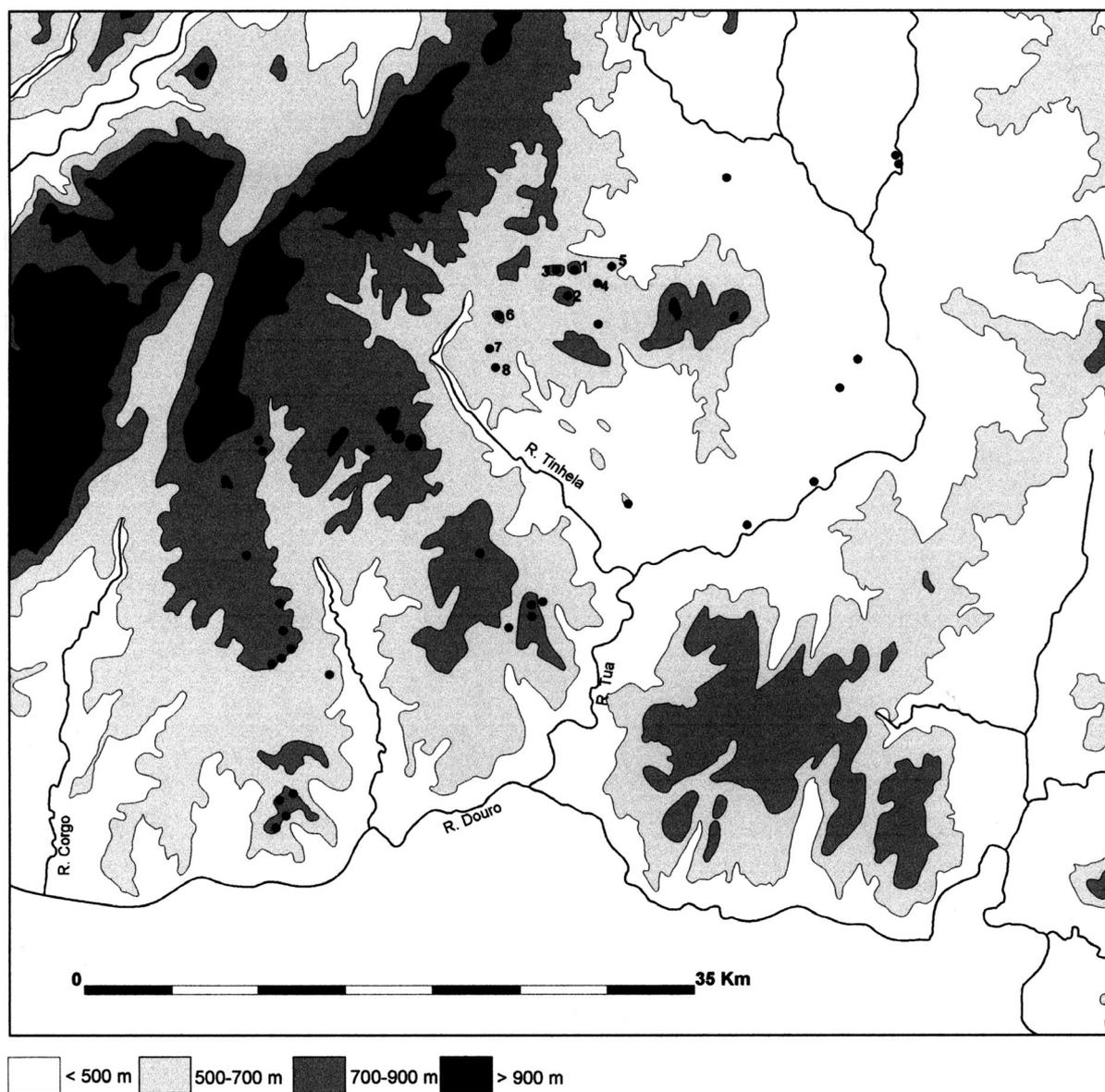


Fig. 2 - Localização dos monumentos sob *tumuli* das "Terras de Jou" segundo os seguintes patamares altimétricos: <500/500-700/700-900/>900 m. 1- Mamoas 1 a 3 do Castelo; 2 - Mamoas d'Alagoa; 3- Mamoas dos Borrallheiros; 4- Mamoas 1 e 2 do Tremedeiro; 5- Mamoas do Cabeço d'Assedande; 6- Mamoas 1 a 3 do Alto do Picoto; 7- Mamoas do Parque das Merendas; 8- Mamoas do Alto do Moução/Agudinhas.

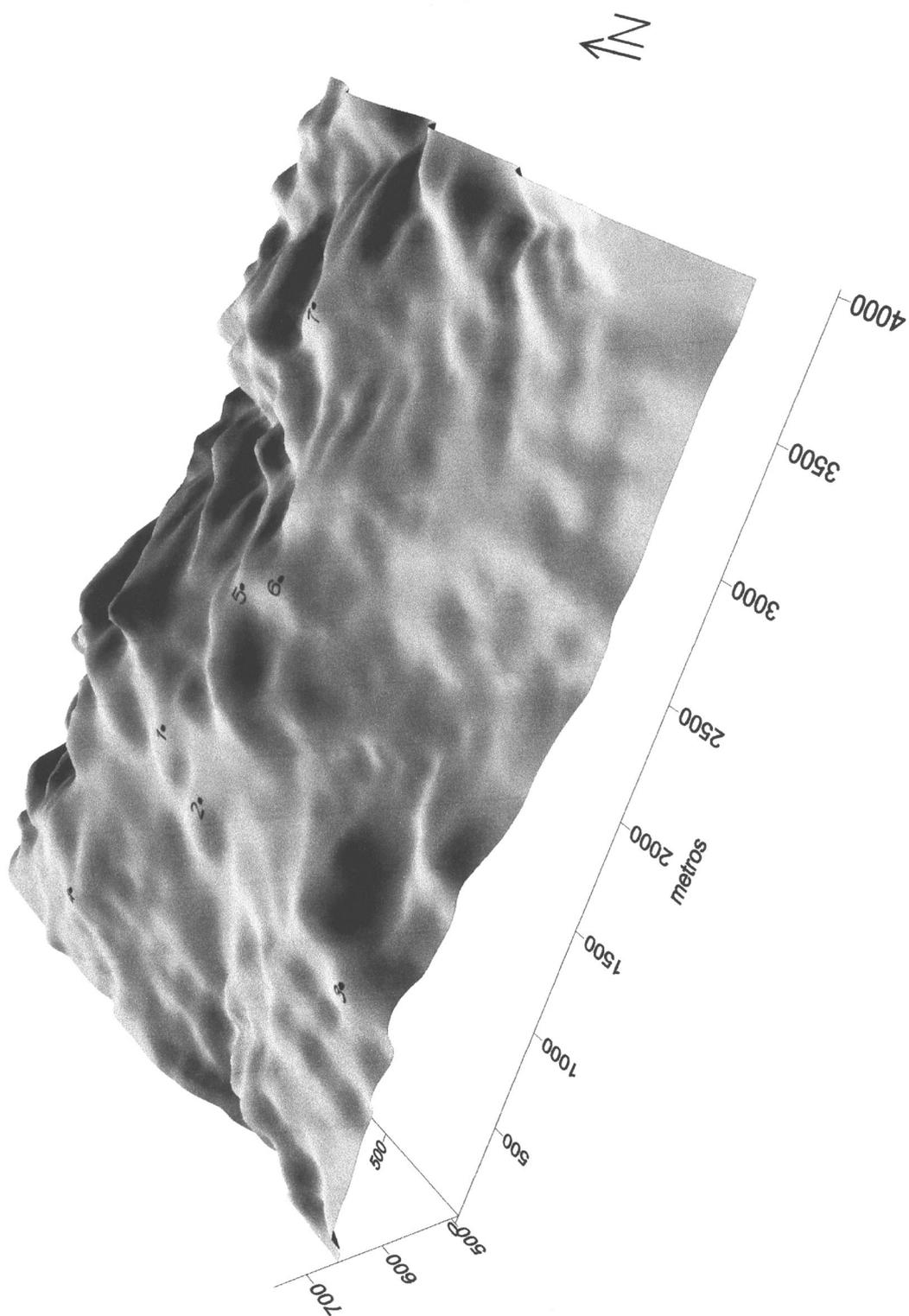


Fig. 3 - Localização dos monumentos do conjunto do Castelo; 1- Mamoa do Castelo; 2- Mamoas 2 e 3 do Castelo; 3- Mamoa d'Alagoa; 4 - Mamoa dos Borrallheiros; 5- Mamoa 1 do Tremedeiro; 6 - Mamoa 2 do Tremedeiro; 7 - Mamoa do cabeço d' Assendande. Vista em perspectiva wireframe (aplicação do software Surfer 8).

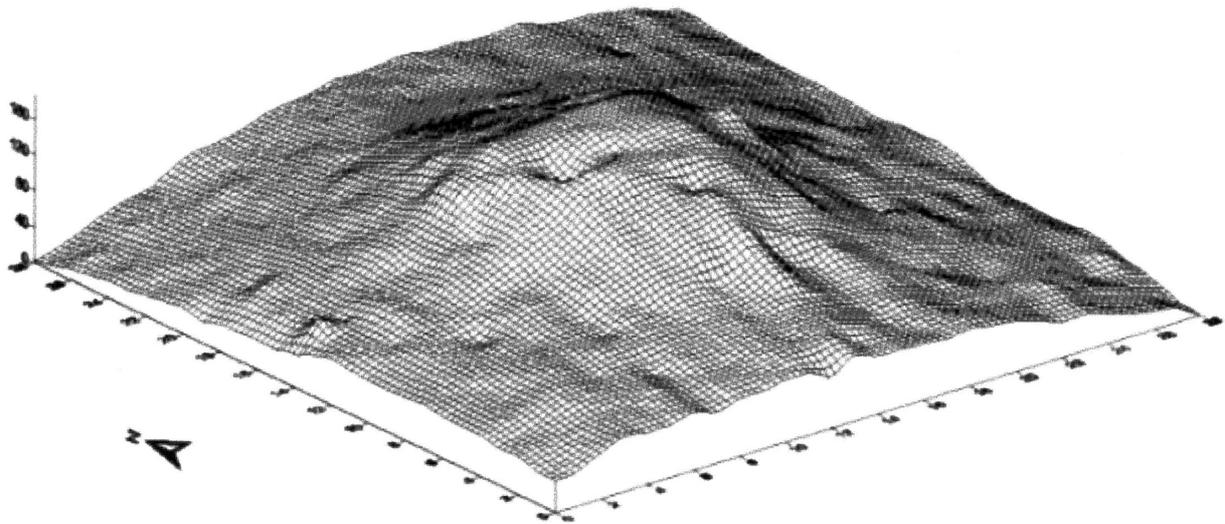


Fig. 4 - Mamoa d' Alagoa: vista em perspectiva wireframe (aplicação do software surfer 8).

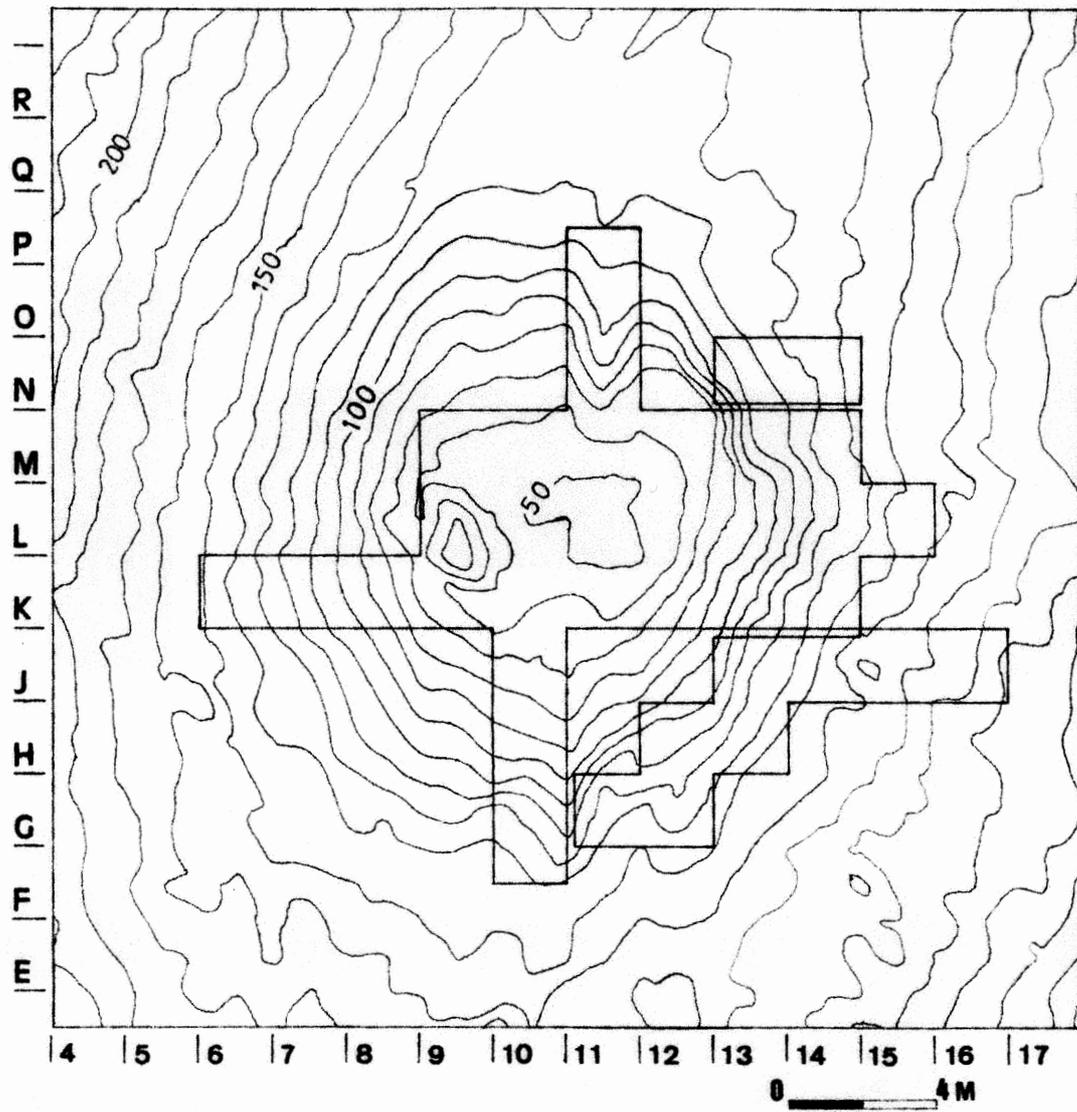


Fig. 5 - Mamoa d'Alagoa: levantamento topográfico com a marcação da área escavada.

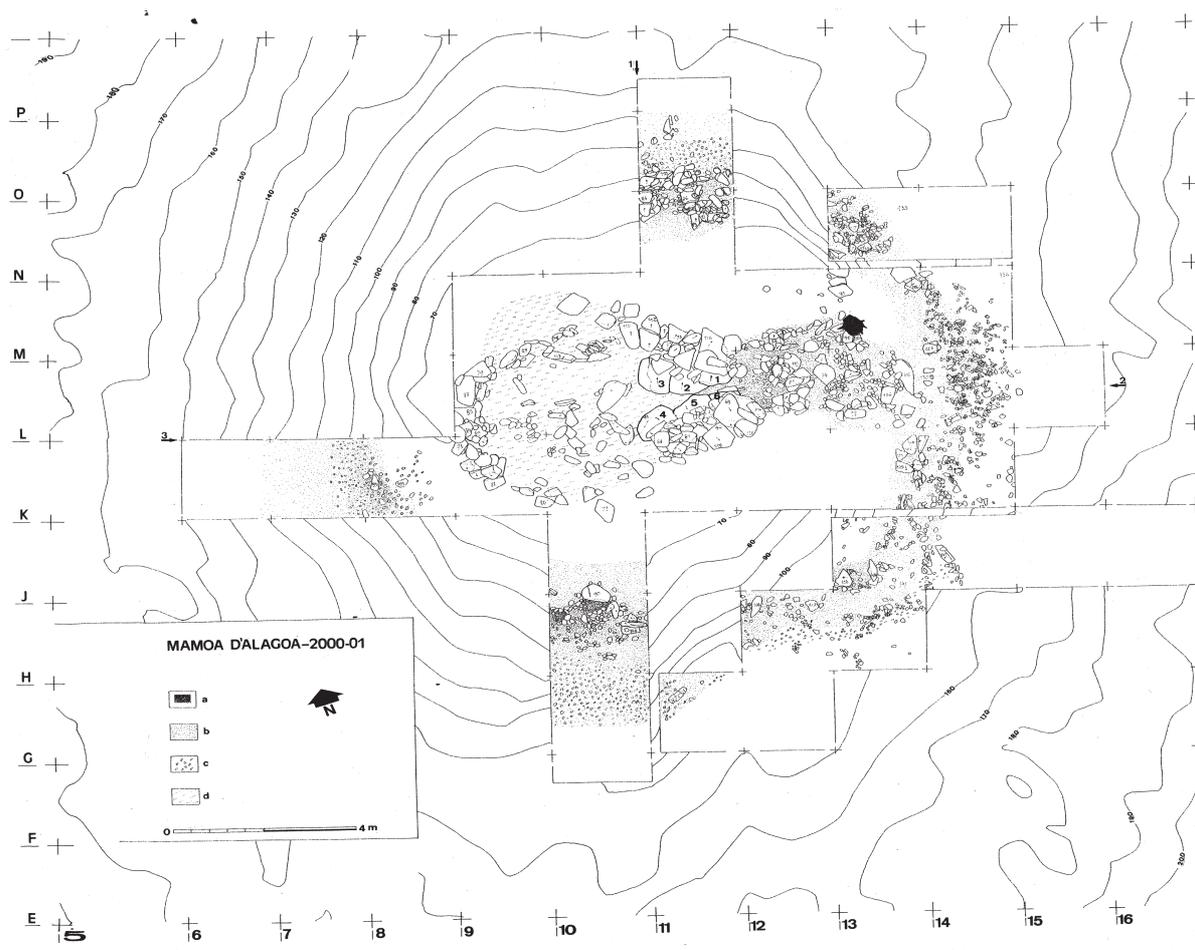


Fig. 6 - Mamoa d'Alagoa: planta geral.

- a- Árvore
- b- Terra queimada
- c- Seixinhos e cristais.
- d- Violação.

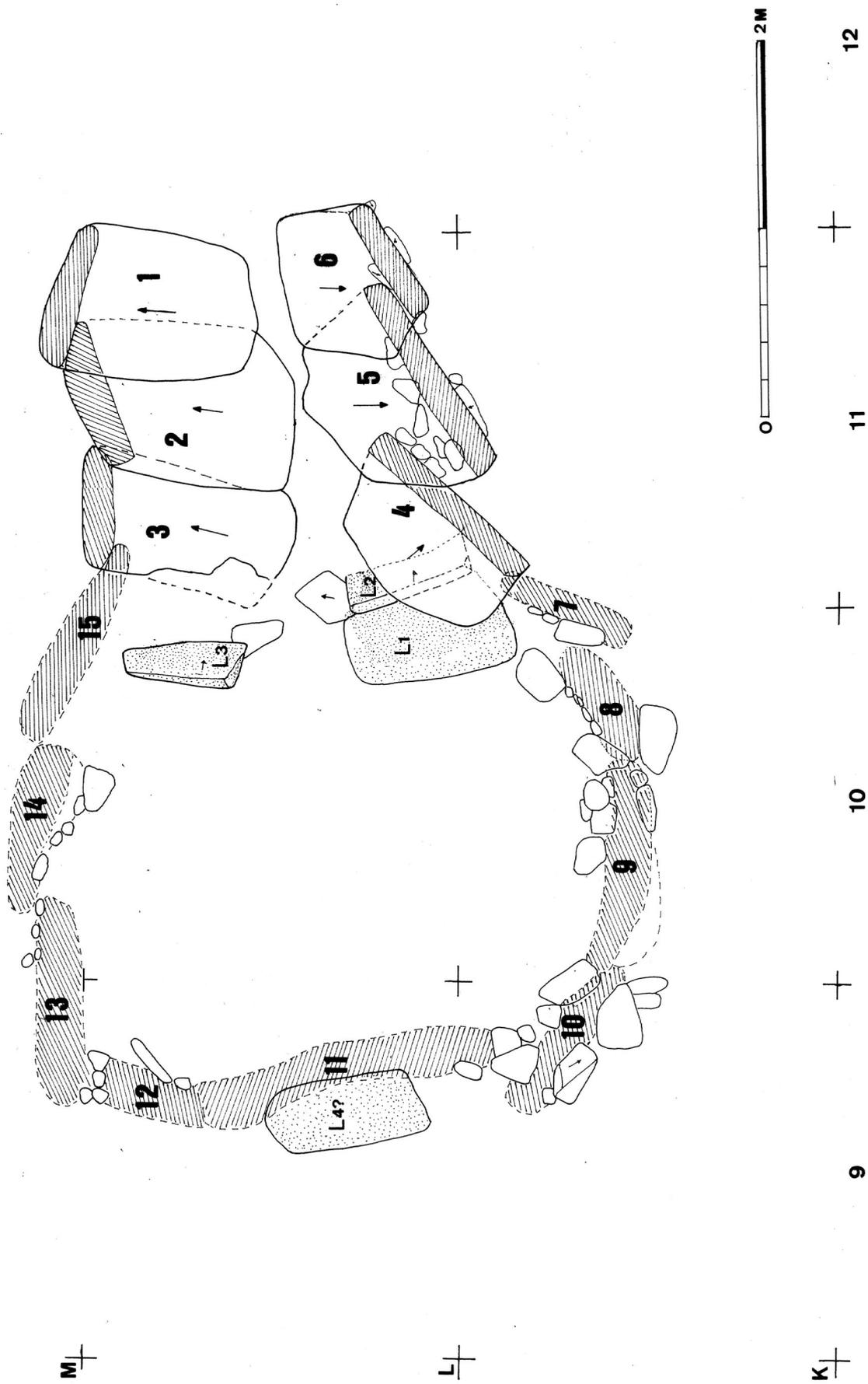


Fig. 7 - Mamoa d' Alagoa: planta da câmara (com as fossas dos esteios marcadas a tracejado - 7 a 15) e corredor (esteios 1 a 6). Marcam-se as "Lajes" 1, 2, 3 e 4 (L1, L2, L3 e L4).

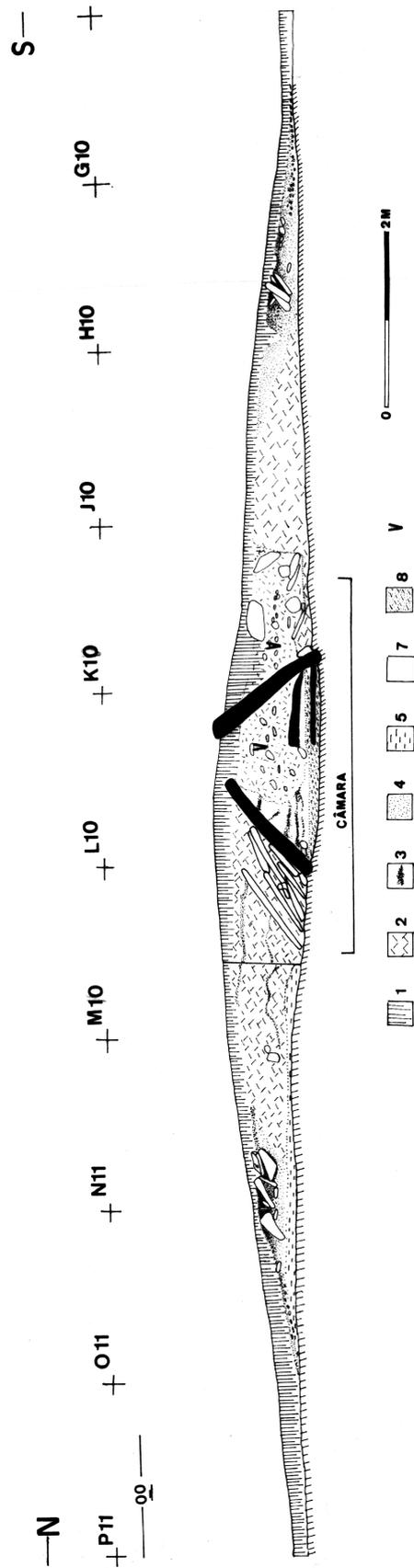


Fig.8 - Mamoa d'Alagoa: corte estratigráfico 1.

1- Terra humosa; 2 - Terra do *tumulus*, argilosa, de cor amarela-clara (Lx.3); 3 - Manchas de terra queimada no *tumulus*; manchas de carvão e terra muito queimada, que integrava cortiça semiqueimada na zona da câmara e na condensação e corredor intratumular; 4 - Terra do *tumulus*, de cor negra, que decorre da realização de fogo intenso sob e sobre as pedras de couraça identificado nas sanjas norte (denominado de Lx. 6), oeste (Lx. 7) e sul (Lx. 8); 5 - Solo geológico, argiloso; 7 - Terra argilosa, de cor vermelha, decorrente da condensação do corredor e do corredor intratumular; 8 - Nivel de pequeníssimos seixos rolados e areão, da base da câmara e do corredor; V - Violação. Marcam-se ainda os esteios 3 e 4 da passagem da câmara ao corredor.

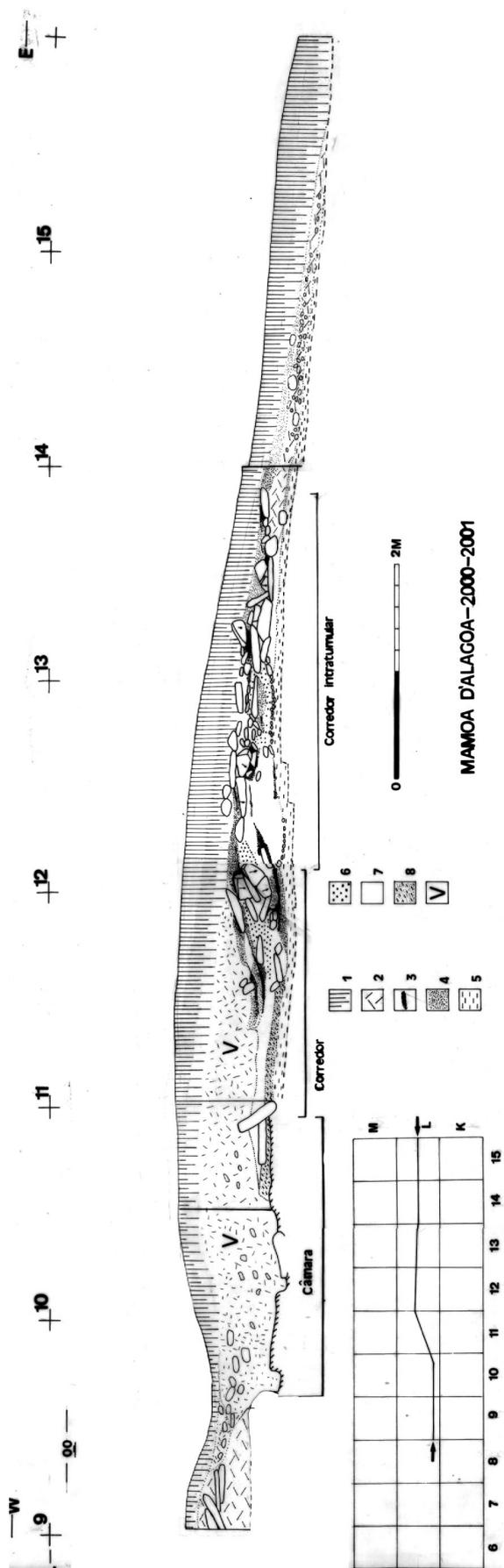


Fig.9 - Mamoa d'Alagoa: corte estratigráfico 3.

1 - Terra humosa; 2 - Terra do *tumulus*, argilosa, de cor amarela-clara (Lx. 3); 3 - Manchas de carvão e terra muito queimada, que integrava cortiça semiqueimada na zona da câmara e na condenação do corredor e corredor intratumbular; 4 - Terra do *tumulus*, de cor negra, que decorre da realização de fogo na condenação intencional da zona de entrada do corredor intratumbular e átrio; 5 - Solo geológico, argiloso; 6 - Terra argilosa, de cor castanha muito escura, decorrente da proximidade do fogo, ou seja, da terra negra indicada com o número 4, relacionada com a condenação; 7 - Terra argilosa, de cor vermelha, decorrente da condenação do corredor e do corredor intratumbular; 8 - Nivel de pequeníssimos seixos rolados e areão, da base da câmara e do corredor; V - Violação.

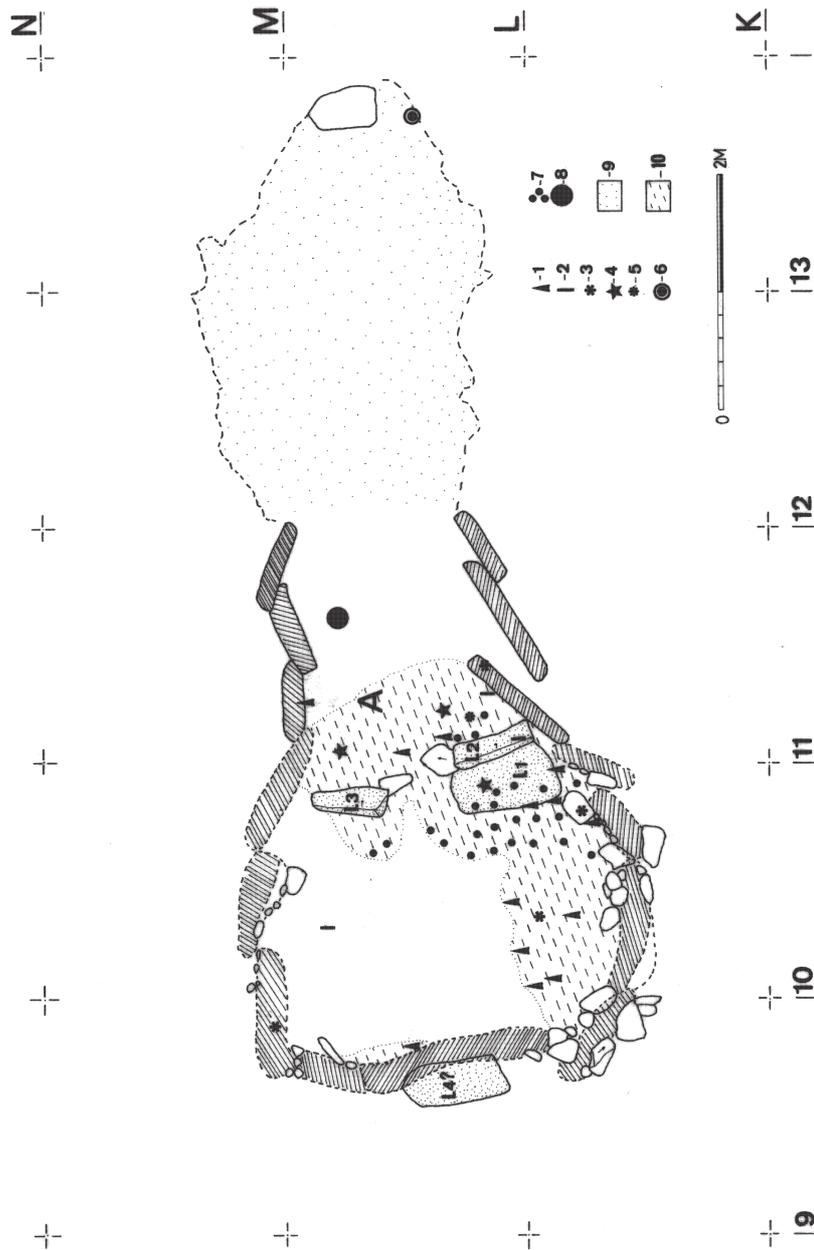


Fig.10 - Mamoa d'Alagoa: planta da câmara, corredor e corredor intratumbular com a distribuição do espólio. Marcam-se ainda as "Lajes" 1, 2, 3, e 4

- 1- Micrólito.
- 2- Lâmina.
- 3- Machado.
- 4- Enxó.
- 5- Goiva.
- 6- Conta de colar.
- 7- Pequenas contas de colar.
- 8- Recipiente cerâmica.
- 9- Corredor intratumbular.
- 10- Nivel de área e seixinhos da base da câmara e corredor. Marca-se ainda a zona A.

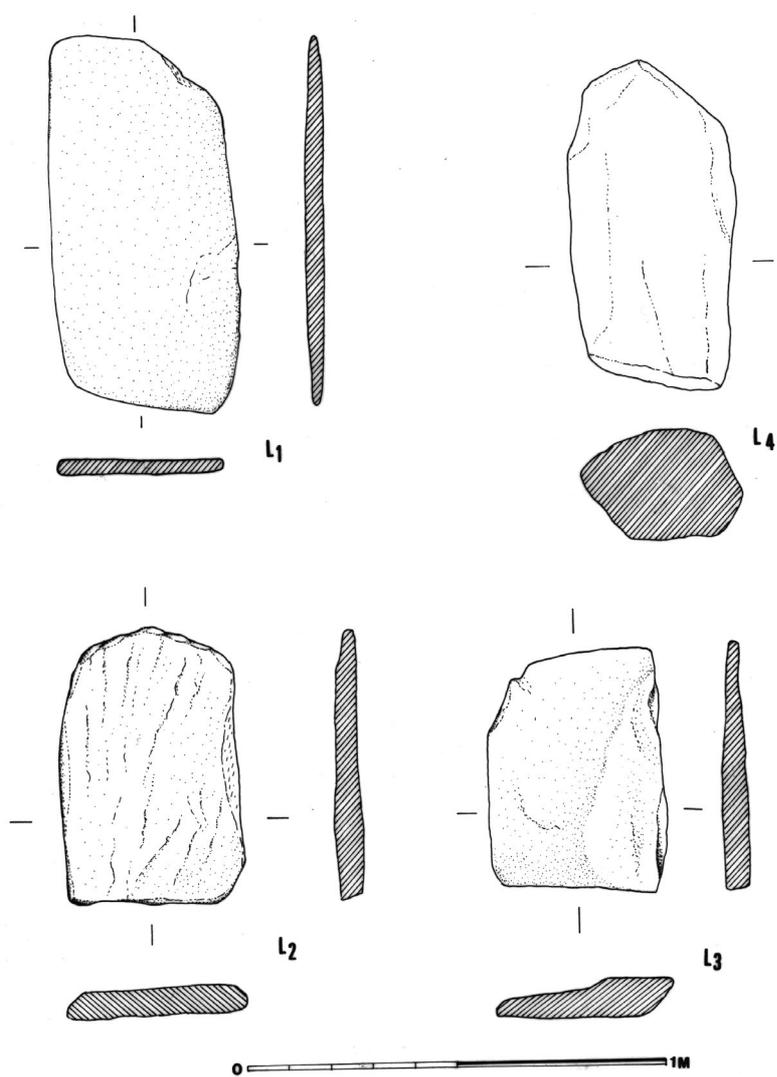
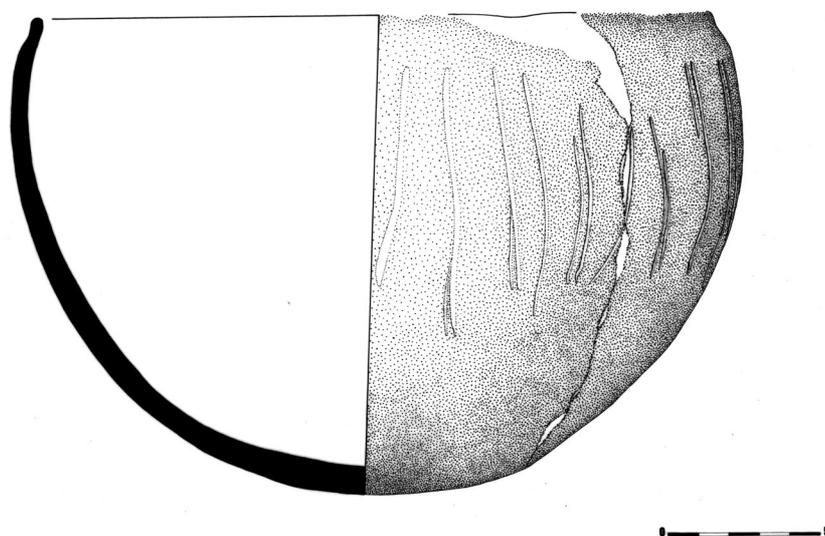


Fig.11 - Mamoa d'Alagoa: lajes/"estelas" exumadas na câmara (em cima) e recipiente cerâmico (em baixo).



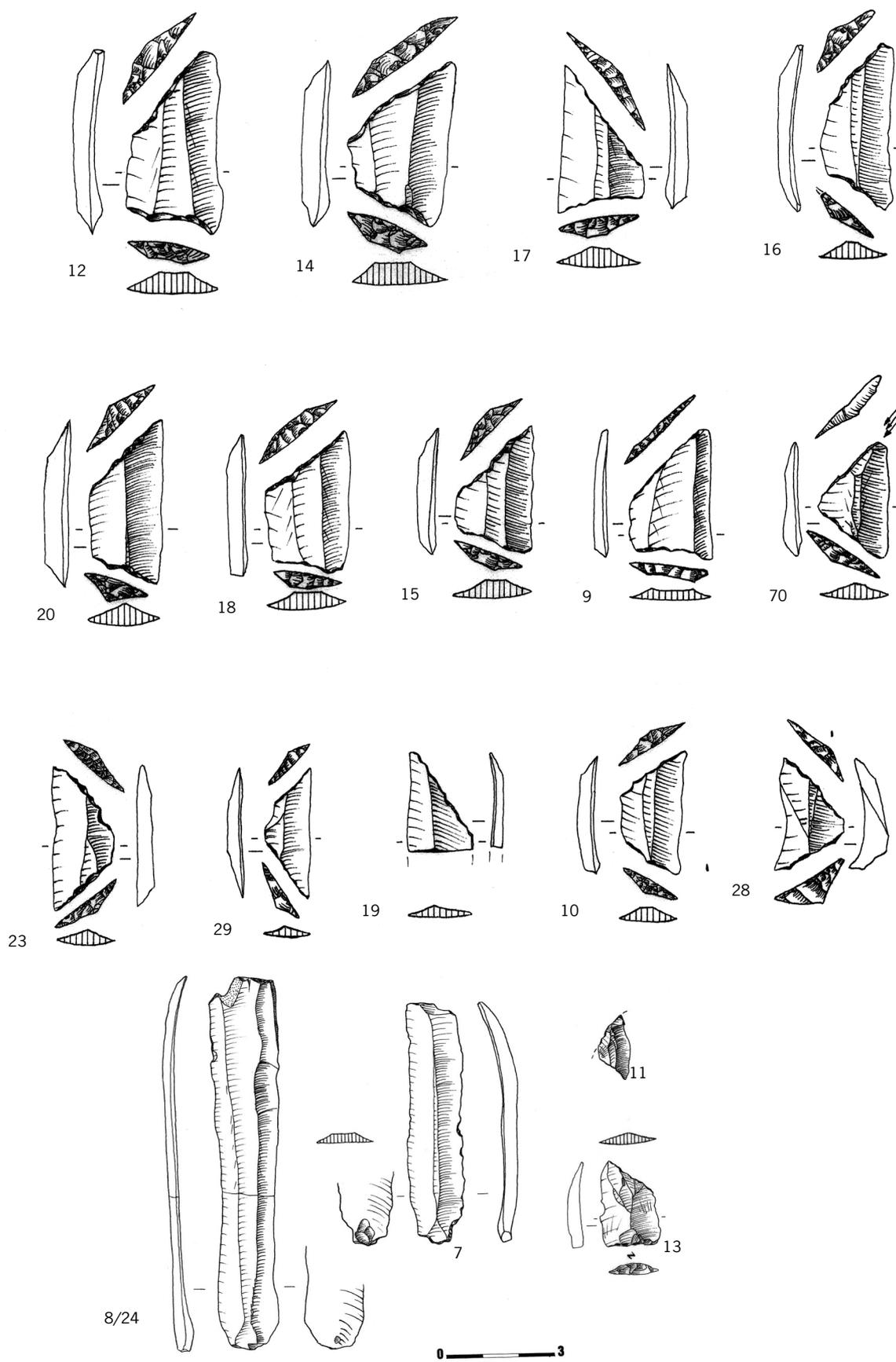


Fig.12 - Mamoa d'Algoa: micrólitos geométricos e lâminas.

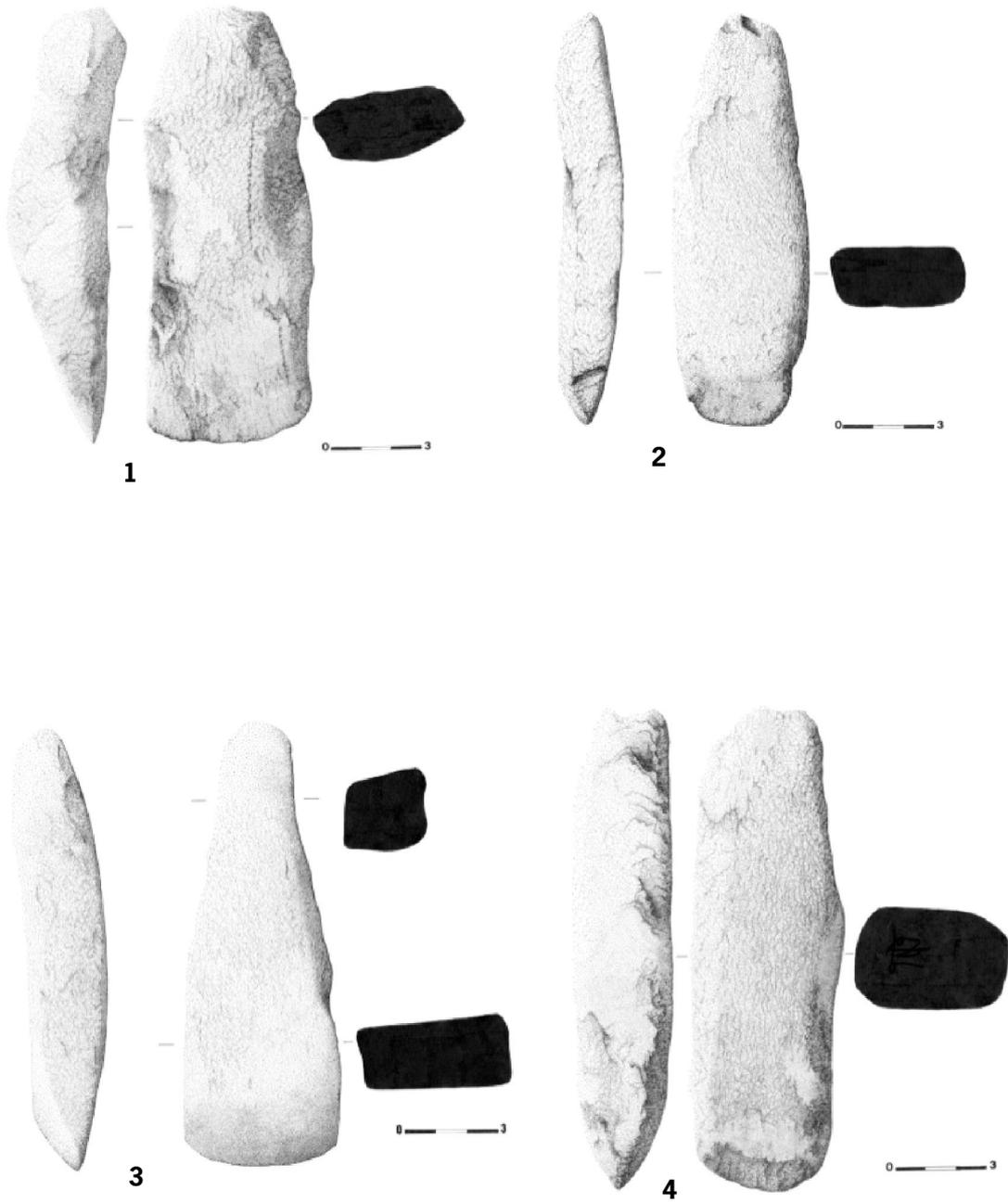


Fig.13 - Mamoa d'Alagoa: Enxós (1 a 3) e Machado (4).



Fig.14 - Mamoa d'Algoa: Machados Polidos (1 a 3), Goiva (4) e conta de colar (5).



Fig.15 - Aspecto Geral da Mamoia D'Alagoa após cortada a vegetação de maior porte.



Fig.16 - Vista do corredor megalítico, com o seu contraforte, e da câmara violada. No canto esquerdo vê-se parte da couraça queimada.



Fig.17 - Câmara e passagem ao corredor vista de oeste. Destacam-se os negativos dos esteios da câmara e seus calços; a fossa de violação ao centro; as lajes 1, 2 e 3 e o primeiro esteio de passagem ao corredor.

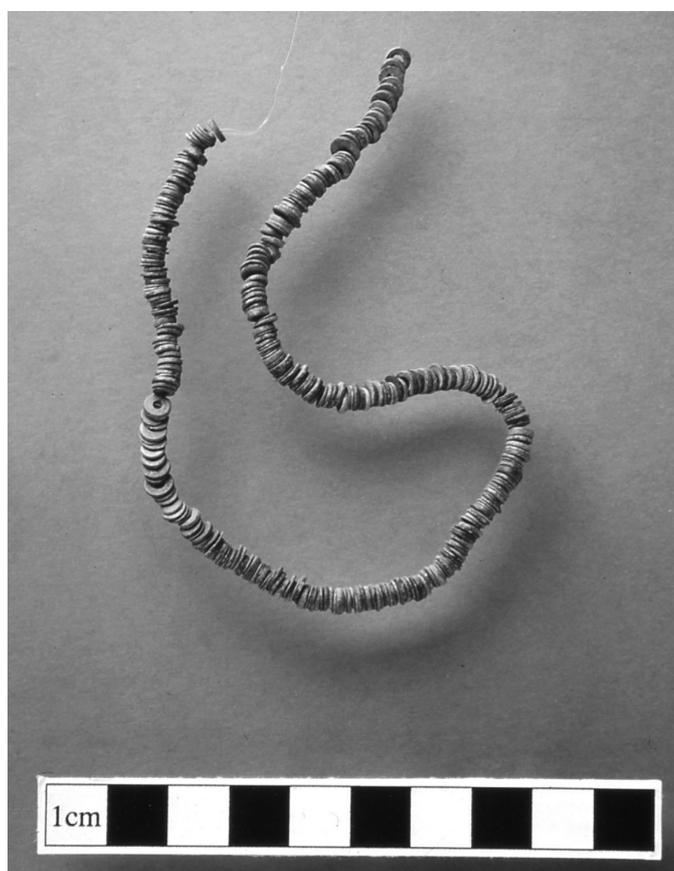


Fig.18 - Colar de contas em xisto.



Fig.19 - Recipiente cerâmico "esmagado" sob o esteio.



Fig.20 - Recipiente cerâmico restaurado.